

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA EM SÃO PAULO/SP NOS DIAS 27, 28 E 29 DE MAIO DE 2016

A reunião contou com 225 participantes credenciados, sendo 106 representantes com direito a voto e 119 observadores. Estavam representadas 76 entidades sindicais, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos popular urbano e campo, juventude e movimentos de luta contra a opressão.

Relação das Entidades participantes da reunião:

FNTIG-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS GRÁFICOS, ANDES-SN- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SINASEFE, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA/CE, SINTEF-SINDICATO DOS SERVIDORES EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, SINTRAJUFE-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MPU NO MARANHÃO, SINDSALEM-SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, SINDICATO METABASE DE CONGONHAS/MG, SIMPERE-SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DO RECIFE/PE, SINDITEST-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ, SINDEESS-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BH E REGIÃO/MG, SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DE PIRAPORA/MG, SINDREDE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BH/MG, FSDMMG-FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS, SINTECT-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS DA PARAÍBA, SINDSERM-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERESINA, SINDIPETRO/AL E SE, SINDSPREV/RJ, SINTUR/RJ, SEEB/RN, SINDSAÚDE/RN, SINDSEF-SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS DO VALE DO PARAÍBA-SINTECT-VP/SP, STIA-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP-SINTUSP, SINTUFABC-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UFABC, MML-MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE, MOVIMENTO LUTA POPULAR, MOVIMENTO POPULAR URBANO NÓS DA SUL, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RJ, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RS, ANEL-ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES-LIVRE, SINDCONIR-SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE NOVA IGUAÇU E REGIÃO/RJ, SINDICAIXA-SINDICATO DOS SERVIDORES DO QUADRO ESPECIAL DA SARH/RS, SINDPPD-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS/RS, ADMAP-ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO/SP, SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO-SEEB BAURU, MINORIA APEOESP, MINORIA SIMPA-SIND. DOS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE, MINORIA SINTE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/PR, OPOSIÇÃO APEOESP, OPOSIÇÃO SINTEPP, OPOSIÇÃO SINTUPERJ, OPOSIÇÃO SINDICATO DOS METROVIÁRIO/RJ, SINDICATO DOS METROVIÁRIO/SP, SINDACSE/ES, OPOSIÇÃO ASSIBGE, OPOSIÇÃO CPERS, OPOSIÇÃO SINTECT/SP, OPOSIÇÃO MNOB – MOVIMENTO NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA, MINORIA SINDTIFES, MINORIA DO SEPE/RJ, OPOSIÇÃO SINDSPREV/RJ, MINORIA STAFPA, OPOSIÇÃO SIMPRO GUARULHOS, OPOSIÇÃO SINDUTE-SINDICATO ÚNICOS DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, ADUNEB, SINDIJUS/DF, STER-SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS RURAIS DE MINEIROS DO TIETE, E MINORIA SINDIPETRO/RJ.

1. Conjuntura Nacional e Atividades

O debate foi aberto a partir de uma mesa composta pelos convidados, Felipe Demier (Dirigente da ASDUERJ e da Frente de Esquerda Socialista) e Zé Maria de Almeida (Dirigente da Federação Sindical Democrática dos Metalúrgicos de MG e Presidente do PSTU). Após a exposição dos companheiros foi aberto o debate ao plenário e ao final das intervenções os convidados fizeram seus respectivos fechamentos. No domingo foram aprovadas as seguintes resoluções:

Resolução de Conjuntura da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

A reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas ocorre após o afastamento da presidenta Dilma Roussef/PT. Ainda que necessite da votação no Senado, é bastante improvável que o impeachment não seja confirmado. Dessa forma, objetivamente, estamos frente ao encerramento de um ciclo de governos de colaboração de classes ou, como também se diz, de frente popular encabeçados pelo PT, em nosso país, desde 2003. É um processo de dimensão histórica e vai exigir um balanço mais aprofundado.

Esse processo ocorre em outros países da América Latina e tem a crise econômica internacional, que atinge o Continente quase como um todo, e a falência das políticas de colaboração de classes desses governos como pano de fundo.

Crise econômica: O pano de fundo da situação política

A recessão, em 2016, deve ultrapassar 4% do PIB. Há previsões mais pessimistas e a queda deve se prolongar por 2017, pelo menos. Essa queda e retração da economia são fruto, principalmente, da queda nos investimentos das empresas públicas e do setor privado, da diminuição da demanda interna e desemprego, do endividamento das famílias, recuo dos salários reais, diminuição do crédito e diminuição dos investimentos dos governos.

Esses são também os efeitos da opção de governar sob a linha de submissão aos interesses dos banqueiros, direcionando os recursos para o pagamento da dívida pública e para a geração do superávit primário.

Consequência dessa lógica, a indústria recuou 8,1% (IBGE) em 2015. O setor automotivo recuou 25% nas vendas em 2015 e deve diminuir 18% em 2016. A inflação chegou aos 10,67% em 2015, a maior em treze anos e deve bater ainda em 7% esse ano.

O desemprego, que hoje atinge 12 milhões de pessoas, saltou de 6,8% em 2014, para 10,9% atualmente. A previsão do governo é que chegue a 14% em 2016. Foram eliminados 1,5 milhão de postos de trabalho em 2015 e estima-se em mais de 2 milhões em 2016. A renda média das famílias teve queda de 8,7% em 11 trimestres (IBGE), maior queda histórica. A massa de rendimento real dos assalariados cai ininterruptamente desde 2013 (IBGE). A maioria dos acordos salariais de 2015 ainda conquistou reajustes iguais ou acima da inflação mas, em 2016, essa situação se inverteu.

A dívida pública, segundo previsões do Banco Central, pode chegar ao equivalente a 70% do PIB esse ano e a 90% no início de 2018. O crédito externo ao país vem diminuindo e essa dinâmica, inclusive, atinge diretamente os interesses de várias empresas com dívidas em dólares.

Apesar da elevação dos preços das tarifas públicas e da carga de impostos, há um colapso financeiro de vários estados e municípios que, com queda de arrecadação e um crescente e ilegal endividamento público e, pela lógica política desses governos estaduais, não estão conseguindo pagar suas dívidas e nem os vencimentos do funcionalismo. Essa situação se repete no plano federal. O corte de verbas e a interrupção dos serviços públicos estão gerando greves e ocupações em diversos estados.

Esse processo segue a dinâmica da crise econômica internacional. Consequência disso, na maioria dos países latino-americanos, ainda que com desigualdades, a crise social está aumentando. São os efeitos da crise aberta em 2008, a qual o governo Lula conseguiu manobrar, jogando para frente os efeitos da desaceleração, com políticas de apoio ao grande empresariado, renúncia fiscal, estímulo ao crédito, aumento do endividamento público, dentre outras medidas.

Uma situação internacional de guerras, conflitos, ascenso e resistência da classe trabalhadora

A situação internacional se agrava e está marcada por muitos ataques do imperialismo aos povos de todo o planeta e à classe trabalhadora de conjunto. Essa política tem gerado uma reação importante de nossa classe, da juventude, dos imigrantes, dos negros, das mulheres, das comunidades LGBT's, que tem desenvolvido inúmeras lutas, resistência e conflitos diante de um cenário marcado ainda por guerras no Oriente Médio, catástrofe humana com a crise da imigração na Europa, desemprego em massa, aumento da inflação nos chamados países emergentes e também uma acentuação da crise econômica na Europa.

Destacam-se, nesse cenário de mobilizações a poderosa greve geral na França, contra o governo Hollande e seu projeto de reforma trabalhista que flexibiliza as condições de demissão. Trabalhadores de ferrovias, do metrô de Paris, da Air France e de centrais nucleares tem se juntado ao movimento iniciado nas refinarias de petróleo, que ameaça paralisar o país por falta de combustíveis.

Na Argentina, o governo Macri, que recém assumiu, já enfrenta protestos do movimento sindical e sofreu uma derrota com a aprovação no parlamento de uma lei contra as demissões. No Paraguai, que esse ano já realizou uma greve geral, uma onda de ocupação de escolas pelos estudantes, semelhante ao Brasil, sacode o país.

No México, os trabalhadores da educação estão em luta em diversas localidades, como Chiapas, Michoacán e Oaxaca. Esses são apenas alguns exemplos de uma situação internacional bastante convulsionada, que se assemelham aos processos de luta em nosso país e que tem enfrentado os governos de plantão e suas medidas de "austeridade" econômica.

Brasil: Governo Temer intensifica velhas políticas

Subiu Temer, um governo de crise, que já nasce sem apoio popular, não goza de 10% de aprovação da população. Em duas semanas já enfrenta uma crise política importante, com a renúncia de ministros, dentre eles o antes todo-poderoso

Jucá e os vazamentos da Lava Jato, que comprometem figuras centrais do PMDB, como Renan e Sarney, e também do PSDB e DEM.

Temer montou um Ministério com onze partidos, para tentar a maioria parlamentar necessária para realizar as reformas e aprovar os projetos que Dilma não conseguiu realizar. Esse “novo” governo tem, entre os principais cargos, nada menos que sete membros que foram ministros ou ocuparam cargos de importância nos governos de Lula e Dilma. O maior símbolo é Meirelles, representante dos banqueiros, que assume a Fazenda e Previdência, agora num único ministério, e era o nome cotado para tentar recompor o governo Dilma e foi presidente do Banco Central no governo Lula.

O programa anunciado por Temer prevê ataques aos direitos sociais, contrarreformas na previdência, inclusive com a pretensão de jogar os recursos dessa diretamente no caixa do Banco Central e, na área trabalhista, a tentativa de extinção do Ministério da Cultura (depois derrotado pelo movimento), um duro ajuste fiscal que busca impor o PL 257 e nas contas públicas, ataques ao funcionalismo e ao serviço público, mais privatizações e uma criminalização ainda maior das lutas, dos ativistas e suas organizações.

A queda de Dilma e ascensão de Temer só foram possíveis porque o PT governou a serviço dos interesses do grande capital, utilizando-se de sua hegemonia no interior das organizações da classe trabalhadora para frear as lutas, desviar as mobilizações, cooptar lideranças e difundir a ideia de que é possível governar para ricos e pobres, para patrões e trabalhadores.

Mas a dinâmica de crise econômica levou a que o governo do PT aprofundasse os ataques aos trabalhadores e, com isso, foi-se operando uma ampla ruptura de nossa classe com o governo. O PT e seus aparelhos nos movimentos sociais tornaram-se incapazes de controlar o movimento de massas, dada a insatisfação da população com a crise econômica e o ajuste, o sentimento de traição com as promessas de Dilma no segundo turno, que foram descumpridas e a corrupção escancarada pela Lava Jato. Esses foram os principais motivos da queda de Dilma, somados ao fato de que ela já não mais conseguia implementar os planos da burguesia.

O governo tornou-se indefensável perante a classe trabalhadora. A votação da admissibilidade do impeachment na Câmara mostrou o caráter corrompido e reacionário desse Congresso Nacional e da grande maioria dos partidos políticos. Esse fato deu certo alento à campanha dos setores governistas de que há um golpe de estado em curso.

Infelizmente, parte das organizações da esquerda assumiu essa posição, o que consideramos um equívoco. Diante de um governo indefensável, na impossibilidade de mobilizar para defender as conquistas, que não vieram com esse governo, restou agitar o espantalho da “ameaça à democracia”.

Nós não temos dúvida de que os setores do atual governo são inimigos da democracia. Mas a democracia, do ponto de vista dos trabalhadores, foi absolutamente atacada durante o governo do PT, com prisões e mortes de ativistas, com a ação das polícias nas periferias contra a juventude, em sua maioria negros e pobres, com ataques aos indígenas e quilombolas, aos sem teto e sem terras, com a intervenção nos sindicatos, demissão de dirigentes e ativistas, multas e interditos proibitórios contra as greves, com a criminalização das manifestações, a Lei da Copa e agora a lei antiterrorismo. Tudo isso feito diretamente ou com a conivência do governo petista.

Por isso, ao mesmo tempo em que nos colocaremos na linha de frente do enfrentamento ao governo Temer, que vamos lutar pela sua derrota e pela sua derrubada, que para isso vamos buscar uma unidade ampla nas mobilizações, deliberamos que não participaremos de ações que visem defender a volta de Dilma, como se isso fosse devolver esperanças ao nosso povo e melhorar suas condições de vida ou as condições de luta da classe por mudanças na sociedade.

Bandeiras de luta:

Nossa Central, em seu último Congresso, reafirmou e adotou uma linha política de independência de classe de luta e demarcação contra o governo do PT e a oposição burguesa de direita, materializada nas consignas: “Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”

Através de diversas iniciativas unitárias e do Espaço de Unidade de Ação temos trabalhado pela construção de uma alternativa classista, dos trabalhadores, aos dois blocos políticos principais. Essa necessidade segue vigente.

Por isso, nossa Central se coloca em oposição frontal a esse governo e suas políticas anti-trabalhador. É um governo dos grandes empresários, banqueiros, latifundiários, do grande capital nacional e internacional.

Nesse momento inúmeros debates, opiniões e linhas políticas são defendidas no interior de nossa Central. Há diferenças e ritmos de discussão distintos nas entidades e setores de nossa base. Existe a defesa de campanhas como: Fora Temer,

todos os corruptos e os reacionários do Congresso; Fora Temer, Fora Todos e Eleições gerais já, com novas regras; Greve geral contra o ajuste e as contra reformas trabalhistas e previdenciárias; Por um governo dos trabalhadores, sem patrões; bem como Fora Temer! Que Dilma não volte! Fora Todos, por meio da Greve Geral dos trabalhadores!”, bem como há também a defesa de uma assembleia constituinte e outras propostas.

São debates vivos de uma Central que busca estar diretamente ligada ao processo político e às lutas em curso.

Frente às mudanças ocorridas na conjuntura, considerados os diversos temas em debate, apontamos como saída imediata intervir nas lutas com eixos políticos demarcados pela luta para botar pra “Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do Congresso. Por um governo dos trabalhadores, sem patrões e em defesa da greve geral pra derrotar o ajuste de Temer. A consigna de defesa de “Eleições Gerais, já!” poderá ser incluída e adotada por entidades, setores, regionais ou estaduais que tenham acumulado e deliberado sobre esse tema.

Materializando variantes de consignas:

- A. “Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do Congresso; Greve Geral pra derrotar os ajustes de Temer; Por um governo dos trabalhadores, sem patrões.”
- B. “Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do Congresso; Eleições gerais, já; Por um governo dos trabalhadores, sem patrões!”

Todo apoio às lutas

A conjuntura está marcada por muitas lutas de resistência, tanto entre os trabalhadores por meio dos seus sindicatos, quanto no movimento popular e um exuberante processo de defesa da educação, com as ocupações estudantis.

As lutas do funcionalismo público, contra o ajuste fiscal nos estados e municípios, são um processo nacional. Greves estão ocorrendo em diversos estados e municípios, algumas com meses de duração. Métodos radicalizados, como ocupações de prédios públicos, tem-se tornado comuns nessas lutas. Destacam-se as greves na educação, tanto no ensino médio, como nas universidades, como em São Paulo, Fortaleza, Bahia e Piauí. Esse processo vem se combinando com ocupações de escolas, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás...

O funcionalismo público federal prepara um dia de mobilização em 16 de junho, contra as medidas de ajuste do governo. No setor de transportes, os metroviários de Belo Horizonte e Recife fizeram paralisações. Existe indicativo de greve em São Paulo nos próximos dias. Soma-se a essas lutas um importante movimento de desempregados no Rio de Janeiro que vem realizando assembleias, protestos e organizando o movimento SOS Emprego.

Já entre os movimentos populares, muitas ocupações e enfrentamentos contra os despejos estão ocorrendo, como as ocupações do Jardim da União em São Paulo e Nasce a Esperança no bairro de Santa Maria em Aracaju que por três dias ocupou a Prefeitura da cidade, enfrentou a repressão e arrancou conquistas.

É fundamental intervir nessas lutas, greves, ocupações, mobilizações diversas que os trabalhadores, a juventude, as mulheres, o povo pobre, os indígenas, quilombolas, sem-terra e sem-teto vêm protagonizando em nosso país.

Nosso esforço deve ser o de buscar unificar essas mobilizações, denunciar a criminalização crescente, buscar unificá-las e avançar nas condições para uma greve geral no país.

Devemos empreender uma ampla agitação política junto à população contra o governo Temer, chamando à resistência, tendo em vista que esse governo pretende aprofundar os ataques contra a nossa classe. A polarização social cresce e, com ela, ataques e criminalização das lutas, das entidades e dos ativistas, além da população pobre, em particular a população negra das periferias.

Ganha muito peso em nossa luta derrotar a lei antiterrorismo aprovada pelo governo Dilma e enfrentar todas as formas de repressão aos nossos movimentos, seja das instituições do estado, bem como de grupos de ultradireita, o que já se expressou em manifestações, ataques às sedes de sindicatos, movimentos sociais, escolas ocupadas e sedes de partidos de esquerda.

Um chamado à unidade para lutar: Construir a greve geral contra os governos, os patrões e os ataques contra a classe trabalhadora

Nossa Central defende uma ampla unidade para lutar contra os patrões e o novo governo, contra os atuais governos estaduais e municipais, bem como contra os ataques que estão sendo preparados ou estão em curso.

A necessidade e as condições para uma greve geral estão colocadas em nosso país. No entanto, as direções majoritárias do movimento sindical tem sido o principal entrave, na medida em que buscam subordinar as mobilizações pelo Fora Temer à defesa da volta de Dilma e “contra o golpe”.

Essas direções, como a CUT, CTB, UNE e o MST, difundem a ideia de que o governo Temer vai fazer o oposto do que Dilma faria. Setores da Frente do Povo Sem Medo tem repetido um discurso parecido. Isso não é verdade. Temer busca recuperar a capacidade e a unidade da classe dominante para fazer o que Dilma propôs e já não tinha mais força para efetivar: a contrarreforma da previdência, avançar nas privatizações e na terceirização, o ajuste fiscal, a volta da CPMF ou outro tributo alternativo, a autonomia do Banco Central, entre outras.

Os trabalhadores estavam pela saída de Dilma justamente porque estavam contra essa agenda de retrocessos que o PT não conseguiu impor. Portanto, a principal tarefa que se coloca para as organizações dos trabalhadores, movimentos populares e da juventude é seguir na luta agora contra Temer, para derrotar esse governo e esse Congresso reacionários, para impedir os ataques que vão querer nos impor.

Essa mobilização unitária não vai ser alcançada defendendo junto com o “fora, Temer” o “volta, Dilma”. A volta da Dilma é indefensável. Nenhum trabalhador vai se dispor a fazer greve para defender a volta do governo do PT. Essa política, ao insistir na tese da volta da Dilma, abre a possibilidade de que o movimento dos trabalhadores, que vem resistindo a todas as investidas, possa ser derrotado.

Nós exigimos da direção da CUT e das outras organizações que coloquemos em marcha um plano de ação para enfrentar desde já os ataques do governo e do Congresso. Logicamente esse plano não será executado pelo governo Temer nem por esse Congresso. É por isso que precisamos derrota-los.

A participação das principais centrais, incluindo agora a CUT, na negociação da reforma da previdência, deve ser repudiada pelos trabalhadores. Exigimos a ruptura desses pactos e acordos com a patronal e o governo.

Corretamente, os sindicatos dos metalúrgicos de Curitiba e de Osasco, filiados à Força Sindical, já se pronunciaram pela retirada do apoio da Força à reforma da previdência.

Se a CUT e as demais organizações não aceitam esse nosso chamado à unidade para lutar, significa que, na prática, apoiam os planos do governo Temer. Dentro do PT existem vários dirigentes defendendo que não se deve fazer oposição ao governo e que o PT deve ajudar a aprovar projetos do Temer. Essa posição é coerente, pois são os mesmos projetos que a Dilma propunha. Mas precisamos derrotar essa posição, pois são projetos contrários aos interesses da população e dos trabalhadores impostos primeiro por Dilma e agora por Temer.

A Coordenação Nacional delega à Secretaria Executiva Nacional da Central a elaboração de uma carta aberta, dirigida às organizações sindicais e populares, pela construção de uma mobilização comum e da greve geral contra o governo Temer, em torno aos eixos comuns de defesa dos direitos dos trabalhadores enunciados nessa resolução.

Eixos políticos de intervenção da Central no próximo período:

A reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas adota o seguinte ordenamento, para orientar a atuação da Central e entidades filiadas, resguardando a autonomia das organizações filiadas que tenham formulações distintas. Agrega-se aqui as hipóteses de variantes indicadas acima.

Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do Congresso

Por um governo dos trabalhadores, sem patrões

Todo apoio às lutas: unificar as mobilizações

Greve geral para barrar os ajustes, as privatizações e as contrarreformas trabalhista e da previdência

Em relação as variantes dos eixos das consignas: A consigna de defesa de “Eleições Gerais, já!” poderá ser incluída e adotada por entidades, setores, regionais ou estaduais que tenham acumulado e deliberado sobre esse tema.

Por um plano econômico dos trabalhadores e do povo pobre de nosso país (consignas gerais, que podem ser adaptadas à realidade local, setorial ou de uma categoria específica).

- ✓ Por emprego, salário, serviços públicos e gratuitos de qualidade, moradia, reforma agrária e direito às cidades
- ✓ Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários
- ✓ Plano de emergência para gerar emprego: investimento em obras públicas, moradias populares e saneamento, hospitais, creches, escolas e transporte.
- ✓ Em defesa dos serviços públicos de qualidade
- ✓ Contra a desindexação do aumento das aposentadorias ao salário-mínimo
- ✓ Congelamento das tarifas de água, luz, transporte e aluguéis
- ✓ Isenção de tarifas para desempregados
- ✓ Regularização e legalização de todas as ocupações urbanas e rurais

- ✓ Pela suspensão do pagamento da dívida pública das três esferas (federal, estadual, municipal) e auditoria, com participação das organizações do movimento
- ✓ Contra a autonomia do Banco Central
- ✓ Proibição da remessa de lucros para o exterior
- ✓ Chega de privatização e terceirização
- ✓ Estatização, sob controle dos trabalhadores, das empresas que demitirem e fecharem
- ✓ Reestatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores das estatais que foram privatizadas
- ✓ Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores
- ✓ Impostos fortemente progressivos e diretos
- ✓ Criminalização da violência e luta contra toda forma de opressão
- ✓ Contra a criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores e da juventude. Abaixo a lei antiterrorismo
- ✓ Nenhuma trégua aos grupos de ultradireita: direito à autodefesa das manifestações e ocupações
- ✓ Pelo fim do genocídio da juventude pobre e negra da periferia
- ✓ Reparação, reconhecimento e regulamentação das terras indígenas e quilombolas
- ✓ Não à violência contra as mulheres, pela descriminalização do direito ao aborto
- ✓ Em defesa de direitos LGBTs, pela aprovação da Lei de Identidade de Gênero

Construir uma grande manifestação em Brasília no dia 16 de junho

Nesse dia estão previstas as manifestações dos servidores públicos federais, organizadas pelo Fórum dos SPF's, contra o ajuste fiscal, o PLC 257, e outros ataques em curso desde o governo Dilma, que tendem a ser aprofundados pelo governo Temer. Também vai ocorrer a manifestação de abertura do Encontro Nacional da Educação.

A Coordenação Nacional da nossa Central orienta às suas entidades filiadas, às organizações sindicais, populares e estudantis a organizar a participação de caravanas dos ativistas para os dois eventos e que se somem em uma grande marcha nacional nessa data em Brasília.

Devemos intervir com força apresentando nossas propostas, reivindicações e o programa de ação imediata votado nessa reunião, buscando unificar a nossa classe em torno à construção de uma alternativa classista.

Chamado ao Espaço de Unidade de Ação para debater iniciativas, lutas e mobilizações por eixos como: Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do congresso; Por um governo dos trabalhadores, sem patrões; Eleições Gerais, já; Greve Geral contra as reformas Trabalhista e Previdenciária.

Essa reunião delega à Secretaria Executiva Nacional fazer os contatos necessários para realizar uma reunião das entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação, no prazo o mais rápido possível, de forma a discutir iniciativas comuns para intervenção na conjuntura e construção de um plano de ação.

Dentre os temas destacamos a construção de manifestações populares e mobilizações no período das Olimpíadas do Rio de Janeiro, que acontecem de 5 a 21 de agosto de 2016.

Mas, de imediato, está colocada a necessidade de uma ampla campanha política pelo "Fora Temer", apontando alternativas, como a realização de eleições gerais, para todos os cargos do Executivo e Legislativo.

Essa iniciativa não se contrapõe à intervenção da Central e suas entidades filiadas nas lutas, greves e ocupações em curso. Ao contrário, procuram apontar saídas políticas para a grave crise do país, que segue.

Nossa Central deve se colocar na vanguarda, tanto das lutas, quanto das manifestações em torno ao Fora Temer, por eleições gerais, de defesa dos direitos da classe trabalhadora atacados pelo governo etc. Não podemos deixar esses atos nas mãos do PT, acoplado ao "não ao golpe", pois isso desarma e não amplia a participação da classe trabalhadora, e tem como horizonte não a derrota do governo Temer agora, mas as eleições de 2018, com a possibilidade Lula candidato.

Calendário de atividades e mobilização

- 30 de maio - ato do "Fórum das Seis": concentração ao meio dia no MASP, em defesa das greves das estaduais paulistas;
- 31 de maio – reunião do Fórum dos SPF's e audiências em Brasília – lançamento da Frente nacional em defesa da previdência e nova reunião da Frente parlamentar mista em defesa dos direitos da classe trabalhadora;
- 01 de junho – ato em repúdio à cultura do estupro e em repúdio ao repugnante caso de estupro coletivo contra uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro. O mesmo acontecerá simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais;

- 03 de junho – Como parte das resoluções do Encontro dos Estudantes em luta (encontro dos estudantes em greve das estaduais paulistas), o dia 03/06 será “Dia de luta pela educação, contra os ataques dos governos e contra a repressão”. Esse dia será preenchido por cortes de ruas e atos em defesa da educação. **A Coordenação Nacional remete esse tema para a CSP-Conlutas Estadual de SP;**
- 06 de junho – Ato nacional em defesa das empresas públicas e contra o PL 4919 que abre o capital das estatais, na Fundação Progresso, Rio de Janeiro;
- 16 de junho – marcha de abertura do ENE – Encontro Nacional de Educação e Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais.

Inicialmente convocado pela coordenação do II ENE como uma Marcha em Defesa da Educação, na abertura do Encontro, o ato do dia 16 tem um grande potencial para assumir uma importante manifestação de todos os trabalhadores e do povo pobre brasileiro.

O Fórum dos SPF's vem assumindo a convocação desse ato com paralisações e mobilizações do setor em todo país. Sua amplitude garante o engajamento de praticamente todas as forças políticas que atuam no movimento de massas nesta manifestação.

A CSP-CONLUTAS orienta às suas entidades filiadas, às organizações sindicais, populares e estudantis a organizar a participação de caravanas dos ativistas para os dois eventos e que somem a uma grande marcha nacional nesta data em Brasília e nos estados.

Devemos na coordenação do ENE e no Fórum dos SPF's propor que o convite seja estendido a todas as organizações e entidades que vêm lutando contra os ataques aos direitos dos trabalhadores.

Construção do Terceiro Campo

A CSP-CONLUTAS em seu último congresso deliberou pela construção do terceiro campo com objetivo claro de construir a alternativa dos trabalhadores para crise que vem enfrentando nosso país.

A existência da disputa de dois blocos em que nada representa os interesses dos trabalhadores e do povo pobre do nosso país tem mostrado o acerto político dessa deliberação. O afastamento do governo Dilma, responsável por 05 (cinco) anos de ataques aos nossos direitos, cortes em políticas sociais como educação e saúde, política de recessão levando milhares de trabalhadores ao desemprego, agravados pelas últimas iniciativas, tais como, o PL 257/2016, veto a auditoria da dívida pública e a Lei antiterror mostram que o bloco formado em defesa do seu governo e consequentemente do seu retorno não nos representa. Muito menos o bloco que foi às ruas defender o impeachment, articulado pelos setores da direita tradicional do país que descartou o governo do PT para continuar, de forma mais dura, a aplicação das medidas dos ajustes fiscais que atacam os direitos dos trabalhadores e do povo pobre brasileiro, pode nos representar.

Diante desses blocos, a tarefa de construção do terceiro campo assume uma importância muito forte para os anseios da classe trabalhadora e do povo pobre brasileiro. É urgente a necessidade de construir uma alternativa dos trabalhadores para a crise.

Apesar do acerto desta importante deliberação necessitamos seguir o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação como nossa expressão da construção de alternativa para as lutas do movimento de massas. A CSP-CONLUTAS deverá desenvolver ações no sentido de buscar construir a UNIDADE, nas lutas, com outras entidades ou iniciativas que surjam contra os dois blocos burgueses. A SEN da CSP-CONLUTAS deve construir os mecanismos que busquem a construção dessa unidade.

Preparar a greve geral contra os ataques de Temer

Depois de 13 anos em que enfrentamos e nos colocamos na luta de classes contra o PT, hoje este partido não está mais no poder político. O capital escolheu outros agentes para implementar o seu projeto, agora liderado por Temer com uma ampla coalizão política.

O governo Temer, em suas linhas gerais, representa a continuidade do projeto neoliberal, assim como o PT foi em relação ao PSDB. Isso, no entanto, não significa excluir as diferenças que existem entre uma forma de governar e outra.

O esgotamento do modelo econômico petista, amparado na ampliação de crédito (impulsionando o consumo), medidas de apoio às indústrias e os incentivos a exportação de commodities travou a economia, aumentou o endividamento do Estado (e a dependência da fração financeira do capital). Fatos esses julgados pelo capital como gravíssimos e por isso era preciso dar fim ao governo petista. PT, Lula e companhia já tinham cumprido o seu papel.

Diante da gravidade da crise econômica os diversos setores da burguesia tem explicitado o apoio como a grande indústria (FIESP, por exemplo), os banqueiros, o agronegócio e os setores chamados da "lumpen burguesia" (mercado da fé, mercado da bala). Também juntou as representações parlamentares correlatas (PSDB, PMDB, DEM, PSB).

Mesmo com esse amplo apoio, Temer ainda não conseguiu a unidade burguesa de 1992/94, em torno de Itamar, que substituiu Collor, unidade que àquela época foram decisivas para a implementação do Plano Real e das privatizações que dilapidou os recursos minerais, empresas e boa parte da infraestrutura que estava sob controle do Estado.

Como Dilma no segundo mandato, seguimos mais à direita e com mais crise

Dilma, no segundo mandato, foi logo atendendo a banca internacional e os latifundiários com as respectivas nomeações do banqueiro Joaquim Levy do Bradesco para o Ministério da Fazenda e de Katia Abreu para o Ministério da Agricultura. Se aproximou ainda mais da direita e arquitetou várias medidas contra os trabalhadores.

E sabemos bem que o processo eleitoral é viciado e comandado pelo grande capital. Pode-se imaginar como seria uma nova constituição com essa composição: o pouco que nos resta de direitos e liberdades democráticas se perderiam.

O significado dessas políticas é, ainda que às vezes apareça sob uma forma radical, a capitulação a democracia burguesa e contenção do movimento de massas, relegando a ação direta – fonte de nosso poder – a um plano secundário.

A esquerda pode – e deve- fazer mais: Denunciar que os problemas que enfrentamos tem o capitalismo como responsável que, para ter mais lucro, atacam direitos elementares da classe trabalhadora.

Luta das Mulheres

Contra a cultura do estupro – “Por todas elas”

A CSP-Conlutas se integra ao ato “por todas elas”, convocado para a próxima quarta-feira 01/06, em repúdio a cultura do estupro e ao repugnante caso de estupro coletivo contra a jovem de 16 anos no Rio de Janeiro. O ato acontecerá simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No mesmo sentido, orienta o MML que também se integre ao Ato.

Outras Resoluções

Resolução sobre terceirização no serviço público

Este tema é um desdobramento do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas que definiu pelo aprofundamento dessa discussão até a tomada da resolução final numa reunião de Coordenação Nacional. Após o congresso, na Coordenação Nacional ocorrida em novembro de 2015, houve debate com os representantes das cinco posições que foram apresentadas. Posteriormente, em abril de 2016, foi realizado um Seminário Nacional sobre Terceirizações em que as cinco posições afunilaram-se para apenas três. Tendo em vista o acúmulo de discussão sobre o tema, nesta Coordenação Nacional encaminhou-se a defesa de cada proposta tendo sido votada a seguinte resolução:

Combater a terceirização, o trabalho precário e a privatização

Unificar os trabalhadores na defesa do emprego, por salários e direitos iguais

A política de terceirização nos serviços públicos e nas estatais praticada no Brasil e no mundo atende aos objetivos do capital de maximizar suas margens de lucro reduzindo os custos de mão de obra – aumentando os níveis históricos de exploração do proletariado e reduzindo salários e direitos em escala mundial – e saquear as finanças públicas – se apropriando de recursos estatais através da sonegação fiscal e da oferta de serviços de qualidade inferior a preços acima dos praticados no mercado, burlando a concorrência, por exemplo.

A terceirização no serviço público é irmã siamesa da privatização e da corrupção.

Como dissemos a terceirização é uma das formas de precarizar ainda mais o trabalho no Brasil, retirando direitos dos trabalhadores, reduzindo os custos de produção da patronal e aumentando seus lucros – sendo, hoje em dia, o principal mecanismo do capital para aumentar a exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores terceirizados trabalham em média 43 horas semanais (7,5% mais que os trabalhadores contratados diretamente), recebem salários 24,7% menores que os demais trabalhadores, permanecem menos tempo no emprego (2,7 anos contra 5,8 anos), tendo uma taxa de rotatividade no emprego que chega a ser o dobro da média nacional – 64,4 contra 33.¹

¹ DIEESE – Terceirização no mercado de trabalho, 2015.

Uma comprovação contundente da relação direta entre terceirização no serviço público e precarização do trabalho são os casos de resgate de trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão entre 2010 e 2013. Em 2010 e 2011 90% dos casos – de trabalho análogo à escravidão, não esqueçamos – envolviam trabalhadores terceirizados, em 2012 foram 100% dos casos, em 2013 foram 80%.²

Os terceirizados recebem salários menores, trabalham mais horas semanais que os contratados diretamente pelas empresas; sendo na sua maioria negros, jovens e mulheres, conforme demonstram pesquisas realizadas, pessoas LGBTQs, conforme se verifica amplamente em setores como os call centers e ainda trabalhadores aposentados (que tentam complementar suas pequenas aposentadorias) ou perto da aposentadoria porque não conseguem emprego formal. Ainda existem outras formas de precarizar o trabalho como os contratos temporários e os trabalhadores autônomos/prestadores de serviços (que possuem CNPJ).

A terceirização caminha lado a lado com a privatização.

No setor elétrico, em 2003 – pouco depois de sua privatização – havia 39.649 trabalhadores terceirizados contra 97.399 trabalhadores diretamente contratados; em 2011 havia 137.525 terceirizados contra 108.005 trabalhadores próprios. No sistema Petrobrás – atacado pela privatização e pela corrupção – os dados são mais alarmantes; em 1994 – início do primeiro mandato de FHC – havia por volta de 50.000 trabalhadores próprios contra um número bem menor de terceirizados, em dezembro de 2013 – penúltimo ano do primeiro mandato de Dilma/PT – havia 86.111 trabalhadores próprios contra 360.180 terceirizados – sendo que esses últimos foram vítimas de 84% dos acidentes de trabalho que ocorreram no sistema naquele ano.³

Como ilustram de forma trágica a Operação Lava-Jato e o acima exposto; a terceirização produz trabalho precário, privatização dos serviços públicos e corrupção – serviços superfaturados e de qualidade inferior, propinas pagas a agentes públicos, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

No serviço público a terceirização – mais os contratos temporários – cria uma maioria de trabalhadores sem direitos ou com direitos reduzidos como os professores categoria “O” em São Paulo ou os mais de 90.000 servidores contratados pela lei 100/2007 em Minas Gerais; o mesmo ocorre na saúde pública com a contratação de ONG’s. Isso em oposição a uma minoria de apadrinhados políticos – “amigos do rei” – colocados em posições privilegiadas por prefeitos, governadores, secretários e parlamentares.

Tudo isso cria uma situação de divisão dos trabalhadores, entre contratados diretamente e terceirizados, os primeiros se opõem aos segundos, deixando esses últimos sem representação sindical na maioria das vezes. Sendo que em muitas categorias e sindicatos os trabalhadores terceirizados não são encarados como parte de suas bases de representação. É necessária a mais ampla unidade de todos os trabalhadores para combater a retirada de direitos sociais e trabalhistas embutida no projeto de lei que generaliza a prática da terceirização no Brasil, tomando o lado da maioria dos super-explorados e precarizados do serviço público.

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1. Defender o princípio da garantia de emprego desses trabalhadores terceirizados, esse enorme contingente de trabalhadores super-explorados, com o fim das empresas terceirizadas e a incorporação dos trabalhadores terceirizados ao serviço público. Não defenderemos esse princípio para os apadrinhados do serviço público.
2. Essa incorporação pode se dar com a estabilidade, efetivação sem concurso, concurso público, exames classificatórios ou outra forma, de acordo com a situação e tradição de cada setor ou categoria profissional, respeitando a autonomia das entidades filiadas.
3. Defender o princípio de trabalho igual, direitos e salários iguais.
4. Posicionar-se contra todas as formas de trabalho precário, na iniciativa privada e no serviço público/estatais: terceirização, contratos temporários com direitos reduzidos, trabalhadores autônomos/prestadores de serviço (CNPJ) e outros.
5. Seguir e potencializar a campanha contra o PLC 30/2015, que substituiu o PL 4330, mais conhecido.
6. Onde alguma(s) das formas de precarização existir(em) os sindicatos, movimentos e entidades filiadas(os) à Central são orientados(as) a envidar todos os esforços para representar os trabalhadores e trabalhadoras precarizados(as) de sua base de atuação, inclusive nas negociações coletivas, na defesa de seus direitos.

² Idem.

³ Ibidem.

2. Painel com representantes de trabalhadores, estudantes e movimentos populares em luta

Neste ponto foi aberto espaço para informes de algumas das principais lutas que estão ocorrendo no momento. A companheira Neida apresentou o informe sobre as ocupações nas escolas no Rio Grande do Sul juntamente com a greve na educação naquele Estado. O companheiro Magno informou sobre a forte greve em curso nas universidades públicas do Estado de São Paulo que conta com a participação de técnicos administrativos, docentes e estudantes; informou ainda sobre o ataque político que o Sintusp está sofrendo com a ordem de despejo de sua sede, pela reitoria. Sobre as lutas do movimento popular a companheira Sandra (Ocupação Jardim da União) e Avana (Luta Popular) e Bruno (Nós da Sul) falaram das ocupações e ações organizadas por seus respectivos movimentos e os desafios que estão colocados para o próximo período, especialmente a luta por moradia. Representando o ANDES falou o professor Alexandre sobre as greves na base do seu sindicato e que atingiram diversas universidades em todo o País. O presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão apresentou o informe sobre a greve na sua categoria destacando a importância de que a Central busque o contato com outros Sindicatos dos Servidores Legislativos. Pelo Sindserm/Teresina-PI falou a companheira Ana Célia sobre a greve na sua categoria e ainda os diversos atos e manifestações realizados inclusive em frente à casa do Prefeito com grande repercussão na imprensa local; também apresentou um cartaz que foi utilizado para que a população deixasse o seu recado ao Prefeito. Por fim, as companheiras Gesa e Florinda juntamente com o companheiro Gabriel informaram sobre a greve na educação e as ocupações de escolas no Rio de Janeiro. Neste ponto também houve a apresentação dos vídeos: “Vi meu filho ser preso ao vivo na TV” sobre a ida à ONU de uma delegação de mães e alunos que participaram de ocupações de escola em São Paulo para denunciar a violência policial contra o movimento; “Campanha Contra o Despejo” cuja produção foi apoiada pelo Movimento Luta Popular; “Lutas no Rio de Janeiro” sobre as manifestações, ocupações de escolas e greves no Rio de Janeiro em especial na educação e demais servidores do Estado.

3. Prestação de Contas Exercício/2015

O PARECER do Conselho Fiscal foi apresentado pelo companheiro Telmo de Oliveira. Após a exposição e debate em plenário, o mesmo foi aprovado conforme segue abaixo:

CONSELHO FISCAL - APRECIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – Referência: 2º SEMESTRE DE 2015

1. Breve Histórico

Durante os dias 19 e 20 de Março de 2016, na cidade de São Paulo, na sede nacional da Central, ocorreu a reunião do Conselho Fiscal com a finalidade de apreciar a prestação de contas referente ao 2º Semestre de 2015. A reunião contou com as presenças dos (as) seguintes membros: Eliana Moreira de Lacerda, Mariane de Siqueira, Marcos de Macêdo Tinôco e Telmo de Oliveira.

O Conselho Fiscal recebeu da Comissão de Finanças da Secretaria Executiva Nacional (S.E.N.) da Central uma carta de 18 de Março de 2016 onde constam informações/documentos referentes à movimentação financeira desta prestação de contas.

Em acréscimo a essa documentação, o Conselho Fiscal, também recebeu da Comissão de Finanças da S.E.N. uma planilha detalhada e uma síntese da movimentação financeira e cópias das resoluções das reuniões da Coordenação Nacional e da S.E.N. ocorridas no respectivo período e que tratam das questões financeiras e atividades da Central.

2. Relato

Após leitura, manuseio e conferência da documentação recebida, verifica-se que, dentre as atividades articuladas, organizadas e/ou realizadas pela Central – no período de referência da prestação de contas – destacam-se: Caravana Tekoha – visita de solidariedade a aldeia dos Guarani-kaiowás, em Mato Grosso do Sul, Apoio a luta do povo haitiano ajudando na construção e organização da USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos, participação em reuniões no senado sobre a questão da demarcação das terras indígenas e quilombolas, participação no 30º Encontro Nacional de Mulheres (ENM) realizado na Argentina, Organização da Assembleia Geral da ANEL, organização da Marcha Nacional de Trabalhadores (as) e do Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras realizados em 18 e 19 de setembro de 2015. Além destas, existem diversas atividades que são realizadas cotidianamente tais como: acompanhamento de congressos, eleições sindicais, greves, atividades de representação da Central, atividades do movimento popular, legalização e outras.

A movimentação financeira da Central (em anexo) no período referente ao 2º semestre de 2015 está discriminada da seguinte forma:

- 1) Receita total (total de entradas) no valor de R\$ 2.639.405,94
- 2) Despesa total (total de saídas) no valor de R\$ 2.762.254,46

Desta movimentação referida resultou em 31/12/2015 um saldo negativo de R\$ 122.848,52, porém, em função do saldo remanescente do período anterior o resultado torna-se superavitário.

Assim sendo, destacamos que com o montante referente à receita do caixa nacional (R\$ 825.587,12), valor correspondente a 40% das contribuições efetuadas pelas entidades e movimentos filiados à Central, foram quitadas as seguintes despesas assim representadas:

- a) Despesas com pessoal, encargos, benefícios e manutenção de atividades políticas no valor de R\$ 464.407,81 (56,25%)
- b) Despesas correntes (aluguel, impostos, luz e telefone) R\$ 81.311,59 (9,85%)
- c) Despesas administrativas (atos e reuniões, passagens e hospedagens, gráfica, etc.) no valor de R\$ 193.903,00 (23,49%)
- d) Funcionamento do escritório de Brasília no valor de R\$ 33.700,78 (4,08%).

Após análise dos números apresentados verificamos um saldo positivo apresentado em conta corrente e aplicação financeira no valor de R\$ 606.425,52.

Ressaltamos que as despesas fixas administrativas ordinárias e extraordinárias representam 93,67% da sua receita, podendo comprometer o equilíbrio financeiro da Central.

3. Parecer

Recomenda-se:

- a) Ratificamos que a Coordenação Nacional referente os custos e a liberação dos dirigentes da atual S.E.N..
- b) Ratificamos a última recomendação com relação à necessidade das entidades filiadas que apresentem seus balancetes periódicos para atualização do cadastro geral da Central e das contribuições mensais.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer favorável à aprovação da prestação de contas da CSP-Conlutas Central Sindical e Popular relativa ao 2º Semestre de 2015, salvo melhor juízo da Coordenação Nacional.

4. Campanha contra as perseguições políticas a dirigentes sindicais, ativistas e representantes de base

Paulo Barela e Miguel Leme, que formam a Comissão da Secretaria Executiva Nacional (SEN) encarregada do tema, apresentaram o informe da discussão. O debate na SEN teve como base o crescente número de casos de perseguição política ocorridos na base da central. São várias as situações envolvendo dirigentes sindicais, cipeiros, ativistas e representantes de base que foram alvos de demissões, processos administrativos, suspensões, advertências, dentre outras, por sua atuação sindical. Esta campanha, deflagrada pela Central, se insere no marco da luta contra a criminalização dos movimentos e buscará unidade com outras organizações que se disponham a incorporar-se. Sobre as iniciativas, foi informado o levantamento inicial dos casos que temos na base da CSP-Conlutas inclusive aqueles apontados pelos participantes da reunião que preencheram o formulário preparado pela comissão e distribuído no credenciamento. Como desdobramento do ponto foi aprovado no domingo (29/05) a seguinte resolução:

Resolução sobre ponto demissões e perseguições à dirigentes de ativistas da base da CSP-CONLUTAS:

1. Organizar uma campanha permanente contra as demissões/perseguições;
2. Desenvolver ampla divulgação em todas as ferramentas de mídia da Central, como site, facebook, twitter, whatsapp e demais meios de comunicação;
3. No site, abrir um link para visualização dos processos em curso, as iniciativas e envio dos novos casos;

4. Tomar iniciativas no terreno institucional para pressionar os patrões e os governos contra as arbitrariedades cometidas. Nesse sentido, exigir reuniões e audiências com as empresas e órgãos públicos que demitem, utilizando a condição de entidade geral representativa dos trabalhadores de nossa Central;
5. Propor a realização de audiências públicas para tratar do tema nas instâncias do Legislativo Federal, estadual e municipal.
6. No âmbito geral, articular com as demais centrais sindicais e organizações dos trabalhadores a realização de campanhas mais amplas sobre esse tema;

Destaques na discussão:

- Sobre a demissão da dirigente da SEN/CSP-CONLUTAS, Priscila Rodrigues, essa reunião de Coordenação Nacional delibera pela retirada da ação impetrada sobre sua localização territorial (se da base ou não de Bauru) durante a última eleição do SEEB de Bauru/SP, dando ciência dessa resolução aos impetrantes e organizações sindicais relacionadas à referida eleição;
- Eleger nesta reunião de Coordenação Nacional uma comissão composta por três membros da SEN, que terá a tarefa de realizar reunião com as partes envolvidas (membros das Chapas 1 e 2) para dar consequência ao disposto no item acima. Logo após suas diligências, esta Comissão apresentará o resultado em reunião da SEN, preferencialmente na primeira reunião após essa Coordenação Nacional, para avaliação e novos encaminhamentos.
- Fortalecer e intensificar a Campanha pela reintegração imediata da companheira Priscila;
- Encaminhar para a Secretaria Executiva Nacional, a inclusão na próxima Reunião de Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS um ponto específico sobre o tema demissões/perseguições políticas, de maneira a garantir um tempo maior de debate e exposição sobre os vários fatos que envolvem o tema.

5. Encontro Nacional de Educação – ENE

Os companheiros Mauro Puerro e Paulo Rizzo, que participam da Comissão de Organização do ENE apresentaram os informes sobre os preparativos do Encontro. Em seguida foi aberto o debate ao plenário. Ao final, os expositores esclareceram que algumas propostas apresentadas não cabiam a CSP-Conlutas porque a Central é parte da organização do evento que é convocado por um conjunto de entidades não filiadas. Entretanto, a proposta de ampliação do prazo foi encaminhada para debate no setorial. Além disso, foi orientado que façamos todos os esforços no sentido de que a CSP-Conlutas tenha uma grande delegação no ENE para fortalecer a intervenção da nossa Central neste evento.

6. Comunicação da CSP-Conlutas

O tema foi apresentado pelas companheiras da imprensa da Central, Cláudia Costa e Sâmia Gabriela, que expuseram a discussão dentro da perspectiva de “Uma comunicação para os trabalhadores” destacando a importância da comunicação como uma iniciativa estratégica para a CSP-Conlutas. Neste sentido, foi informado sobre os mais variados canais de comunicação produzidos pela Central em especial o lançamento do aplicativo que agrega todas as nossas plataformas de atualização para o acesso em celular. As orientações para baixa-lo serão disponibilizadas no nosso site. Foi ainda destacado que essas ferramentas adquirem grande importância para a comunicação e integração com as bases sociais da Central e para dar maior visibilidade para nossas ações. Não houve deliberações sobre esse tema.

7. Relatórios dos Setoriais

LGBT

- 1) Orientar as entidades e organizações do movimento sindical, popular e estudantil, filiadas à CSP-CONLUTAS, a preparar intervenção nas Paradas LGBT. Onde for possível e levando em consideração a realidade específica de cada região.
- 2) Realizar o 2º Encontro Nacional LGBT da CSP-CONLUTAS, com indicativo para o mês de novembro, bem como estimular a realização de encontros preparatórios a este nas regiões.
- 3) Realizar iniciativas, a partir da CSP-CONLUTAS, envolvendo todas as entidades, para as datas de Luta LGBT (28 de junho, dia do Orgulho LGBT e 29 de agosto, dia da Visibilidade Lésbica), como:
 - a) Um Boletim público para o 28 de junho, mas incluindo também conteúdo da Visibilidade Lésbica;

- b) Campanha para as redes sociais com mídia em ambas as datas.

Negras e Negros

Participantes: QRC (RJ, MG, MA) /Oposição SINTUFES/ SINDTEST-PR / ANDES/ SINDEESS/ Oposição Sindsprev-RJ/ Oposição Sindsprev-MG/SINDIUTE/SINDSEF-SP

Pauta:

- I. Informe do 1º Congresso do Quilombo Raça e Classe
- II. Balanço do Seminário Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas
- III. Calendário e Atividades

I - Congresso do Quilombo Raça e Classe – Informe da Executiva do Quilombo Raça e Classe que deliberou por convocar o 1º Congresso do Quilombo Raça e Classe. O congresso está previsto para ser realizado nos dias 21, 22 e 23 de abril de 2017, na Bahia, com previsão de reunir entre 500 e 1000 delegados dos coletivos e núcleos estaduais do Quilombo.

II - BALANÇO do Seminário de Negras e Negros: foi maior que o 1º seminário, mas o seminário foi menor do que o esperado; apesar de espremido entre o 1º de abril e o 1º de maio; teve participação de 19 estados, 3 sindicatos operários, maioria de mulheres negras, pouca participação da juventude mas serviu para aproximar a base da central e impulsionar atividades nos estados; as discussões foram qualitativas do ponto de vista político; a presença de quilombola (Moquibom) e maioria de mulheres nas mesas foi um diferencial.

- Deliberações do Seminário:

- 1- Que a Central faça um censo com as entidades de base para saber quantas entidades possuem secretarias de combate ao racismo/opressões, e quantos trabalhadores das diretorias se declaram negros (articular com a SEN esse encaminhamento) e outro de pesquisa sobre a temática na base;
- 2- Produção de uma publicação com as resoluções para divulgar as entidades filiadas, após a primeira pesquisa, cotizadas entre as entidades que compõem mais cotidianamente o setorial de negras (os);

III – RESOLUÇÕES:

Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados:

- 1- Denunciem as demissões e as perseguições por causa de racismo, homofobia e machismo que vem crescendo cotidianamente! Em especial as que vêm sendo acompanhadas pelo Sindeess e o Quilombo Raça e Classe em BH;
- 2- Lance uma campanha contra o Racismo, a Homofobia e o Machismo no mercado de trabalho, que diante desta conjuntura de crise vem sendo usado como mecanismo de assédio moral e de demissão, inclusive por justa causa! Ao mesmo tempo, as entidades de base da Central devem dar ampla divulgação e acompanhamento aos casos.
- 3- O Setorial de Negras (os) delibera por fazer adendos com o corte racial ao texto que o MML está propondo ao setorial de mulheres, para que tenhamos uma única Moção da Central de Repúdio ao Brutal caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro recentemente.
- 4- Nos dias 16, 17 e 18 de Junho – Encontro Nacional de Educação - em Brasília-DF é fundamental que a militância negra da educação participe buscando avançar no setor de educação na desconstrução do racismo e na implementação da Lei 10.639/03.
- 5- Total apoio e participação nos dias 23 e 24 de Julho – Encontro de Mulheres Negras do MML – Em São Paulo-SP – E nas Plenárias de Organização das Negras do Quilombo Raça e Classe para o mesmo.

Correios

Considerando que:

Mesmo com a saída de Dilma/PT a crise política e econômica está longe de acabar, pois, a luta encarniçada entre os poderosos pelo aparato do Estado vai continuar. Nos correios, vamos sofrer a segunda mudança na sua direção em menos de seis meses. Mudanças estas que não favorecerão os trabalhadores e nem a sociedade e sim a política de ataque a categoria e sociedade com o avanço da privatização. Como estamos vendo, a ECT e o governo federal estão numa ofensiva na privatização da empresa, e para justificar, estão sucateando a empresa, estão utilizando todos os meios possíveis para ganhar a categoria e sociedade ideologicamente. Portanto, além do diálogo com os trabalhadores

e sociedade, precisamos ir além do diálogo e precisamos apostar na força da nossa categoria, na sua mobilização permanente junto à base, fazendo com que as portas para uma negociação vitoriosa, seja possível, por isso é muito importante lutar para unificar a categoria nacionalmente com os 36 sindicatos de correios nacional.

Privatização: Em menos de sete meses estamos passando pela a segunda mudanças na direção da Empresa ou seja, o comando saiu das mãos do PT, PDT e agora passa para o PSD do Kassab. Mas, o que não muda é a continuidade dos ataques, todos seguem implementando a política de sucateamento da ECT para concretizar a sua privatização. O PT foi o que mais contribuiu no último período, com aprovação da MP-532 pelo os parlamentares do PT e PCdoB e sua base aliada que possibilita abrir as portas definitivamente para a privatização dos correios. O presidente Giovanni Queiroz deu continuidade ao projeto de reestruturação do PT e agora com certeza o novo presidente que assume na próxima semana vai dar continuidade também. Os ataques são muito grandes e, para barrar, é necessário que haja muita organização e mobilização da categoria, além do envolvimento da sociedade em geral.

Ataque a nossa corrente: Depois do CONTECT e da última campanha salarial, nós da CSP-Conlutas, passamos a ser alvo de ataques das demais correntes que compõem a federação. Hoje todos estão no mesmo campo contra nós. Isso ficou claro nas eleições que disputamos neste semestre foi todos contra nós da CSP-Conlutas. Porque Somos a única corrente hoje na federação que temos uma posição clara em relação a queda do governo Dilma que é não há golpe como muitos tentam passar, e neste 33º CONREP vão tentar aprovarem posições em apoio ao “Volta Dilma”.

Resolve:

- 1) Fazer o debate político com a categoria de acordo com a resolução que for tirada na coordenação;
- 2) Fazer um chamado nos fóruns do movimento de base e de direção para uma reunião de todos os sindicatos para a formação de um comitê nacional contra a privatização e construir a campanha salarial unificada;
- 3) Fazer a disputa contra a empresa da política ideológica que vem fazendo que a empresa está quebrada;
- 4) Disputar pela base toda a política que vamos apresentar nas assembleias de tirada de delegados para o CONREP e apresentar para os sindicatos e federações;
- 5) Soltar na base já na segunda feira através das redes sociais a nossa política;
- 6) Organizar a nossa tirada de delegados para o encontro de mulher e CONREP;
- 7) Slogan para campanha nossa: Em defesa dos correios 100% público contra a privatização;
- 8) Que a CSP-Conlutas e os sindicatos enviem moções contra a privatização dos correios para os órgãos públicos como Presidência da República, Ministério das Comunicações e Presidência dos Correios com cópia para o setorial;
- 9) Convidar os sindicatos de SP, RJ, Bauru e Tocantins para participar do CONREP como convidados;
- 10) Fazer campanha nacional unificada contra as perseguições aos trabalhadores e ativistas nos Correios.

Mulheres

Considerando que:

- A crise econômica e política do país têm afetado com maior intensidade as mulheres trabalhadoras e, dentre essas, as mulheres negras.
- Que isso se reflete tanto com a política de ajuste fiscal, iniciado no governo Dilma, com cortes no orçamento de construção de creches públicas, na saúde, na política de combate a violência contra a mulher, quanto na retirada de direitos trabalhistas, como a reforma da previdência que iguala o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres e o PLP 257 que precariza os serviços públicos.
- Também fomos alvo dos acordos realizados pelo PT com a bancada conservadora nos quais direitos históricos dos setores oprimidos foram rifados como a legalização do aborto; os kits anti-homofobia para as escolas; o debate sobre gênero nos planos de educação.
- Que no atual governo Temer esses ataques vão seguir se intensificando como já ficou evidente no fechamento do ministério que abarcava a secretaria de política para mulheres e no aprofundamento de cortes e retirada de direitos.
- Que estamos vendo expressões bárbaras do machismo na sociedade como o caso do estupro coletivo ocorrido no RJ, vitimando uma jovem de 16 anos.

- Que esse caso tem refletido toda a naturalização da violência sexual contra as mulheres, o que denominamos de “cultura do estupro” como a argumentação de que por algum motivo a jovem tenha sido culpada pelo acontecido ou o machismo refletido nas posturas das instituições jurídicas.
- Que a falta de investimento nas políticas para as mulheres e a negligência de todos os governos com as nossas demandas são elementos que favorecem e nos expõem a situações de opressão e violência.

O setorial de mulheres da CSP-Conlutas resolve:

- Levar ao ato nacional, que será realizado no dia 16 de julho em Brasília, como parte do Encontro Nacional da Educação, as bandeiras das mulheres relacionadas à retirada de direitos e os temas que envolvem a educação, como os planos nacionais e regionais de educação.
- Apresentar uma moção de repúdio e denúncia do caso de estupro coletivo do RJ, desconstruindo todos os argumentos que buscam responsabilizar a vítima e levantando a negligência dos governos com essa realidade. Aprovar essa moção nas reuniões de diretorias, nas assembleias e fóruns das entidades filiadas à central, para que possamos disputar a consciência de nossa classe quanto à importância do tema.
- Participar dos atos espontâneos que surgem em diversas cidades, fortalecendo a unidade na luta contra o machismo e denunciando o uso dessa pauta por setores petistas para defender a volta do governo Dilma. Em atos que forem convocados já com o caráter de defesa do governo do PT nós não participaremos.
- Ter iniciativas nas entidades e junto com o Movimento Mulheres em Luta para impulsionar manifestações de repúdio a violência machista e a exploração capitalista.

Educação

Entidades e oposições presentes: Colégio Pedro II (base Sinasefe), SEPE (estaduais e municipais), ANDES-Sindicato Nacional, Oposição Alternativa da APEOESP, Sind-REDE/BH, SUBSEDE Juiz de Fora Sind-UTE/MG, IFE-BA (base SINASEFE), ADUFS, SIMPERE, ADUFF, SINTE-Oposição, CEPERES-Oposição a direção, Oposição sindicato de professores de Congonhas/MG, SINTEFE-GO além de um estudante secundarista em luta no Rio de Janeiro.

Foram dados informes complementares e orientações sobre a organização do II ENE pelo companheiro Zanata do ANDES e todos os presentes fizeram um relato sobre as lutas e os ataques na educação pública em cada região. Destaque para as greves no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O debate também colocou a necessidade da construção de uma Greve Geral contra Temer e todos os corruptos que querem acabar com a educação pública no país.

Propostas aprovadas no setorial de educação:

- 1) Que as entidades, movimentos e oposições agilizem as inscrições de representantes ao II Encontro Nacional de Educação no máximo até o dia 05/06.
- 2) Que os estados e municípios que não puderem enviar representantes para o II ENE nem puderem participar do Grande Ato do dia 16, em Brasília, discutam em suas bases a realização de manifestações, paralisações, panfletagens, palestras incorporando a atividade do dia 16/06 em suas regiões.
- 3) Aprovado seguinte manifesto:

MANIFESTO DOS EDUCADORES RUMO À GREVE GERAL

Os educadores brasileiros, representantes de diversas entidades do país, presentes à reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, em 27, 28 e 29 e de maio de 2016, em São Paulo, analisando a conjuntura, vêm denunciar os retrocessos verificados, especialmente nos últimos anos.

Constituem, hoje, parte da Política Educacional a meritocracia, as avaliações externas, as manobras em torno das eleições para as direções escolares, a redução do número de vagas frente à expansão da população, a extinção de cursos e escolas, a municipalização do ensino, o sucateamento das escolas e universidades públicas com inserções de OS, os projetos que comprometem a autonomia docente (Escola sem Partido, Escola Livre, Ensino Religioso), o rebaixamento curricular (currículos mínimos), além do atentado aos direitos básicos e a imposição do PL 257.

Há anos temos nos posicionado firmemente em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Foi assim em várias fases políticas deste país, a partir, principalmente de 1980, como na luta por

uma Constituinte Federal de interesse dos trabalhadores; na Lei de Educação Nacional e Plano Nacional de Educação, Fórum Nacional em Defesa da Educação, entre outras ações.

Diante de tantos ataques à Educação, nos orgulhamos das greves deflagradas em vários estados e municípios. Bem como a ação dos estudantes – sujeitos políticos – que, corajosamente, potencializam a permanente resistência dos trabalhadores da educação, como temos visto e aplaudido.

Por tudo isso, é importante avançar na unificação das lutas dos trabalhadores da educação e que as entidades e movimentos filiados a CSP-Conlutas discutam a necessidade de construção de uma greve geral dos trabalhadores em educação. Propor ao II ENE que discuta a possibilidade desta proposta.

Serviço Público

Presentes: ANDES, FASUBRA, FENAJUFE, SINASEFE, SINDSEF/SP, SINDACSE/ES (Agentes de Saúde e combate às endemias), SINDSALEM/MA (Sind, trabalhadores da Assembleia Legislativa do MA), SINDSAÚDE/RN (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde), SINDSERM/PI, SINSPREV/SP, SINTUFABC/SP, SINDSPREV/RS, OPOSIÇÃO SINTUFES, OPOSICAO SINTUPERJ, SINTEF/GO, SINTRAJUD/SP, SINDTEST/PR e SINDSCOPE/RJ.

1) ENCAMINHAMENTOS

1) ATOS/MOBILIZAÇÕES/PARALISAÇÕES NO DIA 16 DE JUNHO

- Garantir uma grande Ato Nacional no dia 16 de junho, em Brasília. Eixos: contra o PLP 257/16, a Reforma da Previdência, a extinção dos ministérios, os cortes nas áreas da educação e saúde, e pelo cumprimento dos acordos com o funcionalismo.
 - Realizar ATOS/MOBILIZAÇÕES/PARALISAÇÕES nos estados no dia 16 de junho. Para tanto, é necessário convocar assembleias de base, reuniões e plenárias dos fóruns estaduais dos servidores públicos, incorporando servidores estaduais e municipais e ampliando para os trabalhadores da iniciativa privada que são atingidos pela política de ajuste fiscal e reformas (PLP 257, dentre outros) do governo Temer.
- 2) Participar, desde que os eixos não sejam contrários às resoluções políticas da central, dos atos/manifestações em órgãos públicos na defesa dos serviços públicos, do SUS e da previdência.**
- 3) Reforçar a campanha da central contra a anunciada Reforma da Previdência, desmistificando o déficit da previdência propagandeado pelo governo e a grande mídia.**
- 4) Reforçar o chamado da CSP-CONLUTAS à necessidade da construção da Greve Geral para derrotar o ajuste e as reformas do governo TEMER.**
- 5) Que a CSP-Conlutas oriente as suas entidades filiadas a fazerem uma pesquisa no seu Estado ou cidade de origem, sobre a existência ou não de entidades sindicais em câmara de vereadores, assembleias estaduais e congresso nacional e que o resultado de tal pesquisa seja apresentada na próxima reunião da coordenação e assim nossa central possa elaborar uma orientação clara sobre a nossa atuação nesse setor, com o objetivo de conquistarmos novos sindicatos que sirvam de apoio para a luta dos servidores e servidoras públicas do país. Ao mesmo tempo que tais entidades venham num futuro próximo aumentar a quantidade de organizações filiadas a CSP-Conlutas, haja vista que hoje existe apenas o sindicato do Maranhão, Sindsalem.**

2) CALENDÁRIO

- Participação do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social no dia 31.05.16, em Brasília.
- Participação no ato contra o PLP 4918(antigo PLS 555) no dia 06.06.16, no Rio de Janeiro.

- 7 e 8 de junho: Manifestação em Brasília contra a portaria 958 e 959 de 10 de maio de 2016 (ataques ao agentes de saúde e combate as endemias).
- 16 de junho: Ato Nacional em Brasília e nos estados.

Saúde

Encaminhamentos: Feito o balanço do 2º encontro de saúde do trabalhador e trabalhadora realizado em Divinópolis MG, BALANÇO DO DIA 28 DE ABRIL, Encaminhamento das resoluções do 2º encontro.

Com a presença de 57 entidades, mais 200 delegados, que foi produzido um conjunto de resoluções referente a saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras e norteados contra os ataques dos governos e patrões.

Na avaliação do conjunto do setorial o 2º encontro foi positivo alcançando as expectativas planejadas.

Encaminhamos que o conjunto dos sindicatos e oposições filiados a nossa central de ampla divulgação das resoluções aprovadas no 2º encontro incluindo seminários com a base de suas categorias.

Como fruto do encontro algumas regionais como RJ, MG, VALE DO PARAÍBA, FORTALEZA, já operacionalizaram palestras e seminários.

Em relação ao dia mundial em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho também como fruto do encontro tivemos uma semana que antecedeu o dia 28 com muitas atividades, como panfletagens, palestras, seminários, idas a imprensa, grupo de trabalho no dia 28 foi realizado atividades específicas em vários locais, exemplo MARIANA onde ocorreu a tragédia da Samarco e na Heineken de Jacaréi onde houve 4 mortes na explosão de uma caldeira.

O Setorial encaminha para a coordenação nacional algumas das resoluções que entendemos como prioritárias na defesa do direito da classe trabalhadora e na mobilização e no envolvimento do conjunto da central:

- Confeção da cartilha contra o assédio moral, saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Criação e fortalecimento dos setoriais de saúde dos trabalhadores nos estados e regiões;
- Que as entidades filiadas de ampla divulgação as resoluções que se encontram na página da central;
- Uma campanha contra a reforma da previdência, em defesa do SUS que o governo federal e seus aliados do congresso querem acabar com o direito a saúde pública como dever do estado e contra as reformas trabalhistas;
- Contra as mudanças nas normas regulamentadoras, sucateamento dos organismos de fiscalizações e contra as perseguições políticas a cipeiros e lesionados nos locais de trabalho;
- Que a Central ajude a melhor divulgação dos acidentes e doenças do trabalho nas nossas bases socializando uniformizando as informações referente ganhos de processos judiciais e estatísticas de acidentes e adoecimentos de trabalho;
- Uma moção contra os acidentes ocorridos no setor da construção civil de Fortaleza/CE.

Aposentados

Presentes: p/ ADMAP João Roberto e Zélia Alcântara, pelo Serviço Público Federal: Maria Helena Garcia Leal (Sintrajud-SP/ núcleo de aposentados e pensionistas) e como observadora pelo Sintef/GO (Sind. Trab. em Inst. Tecnológicas Federais-GO): Marilene dos Santos.

Resoluções:

- Haverá um encontro internacional de aposentados em Araxá/MG no período de 07 a 12/06/2016 no qual a ADMAP com a participação da CSP-Conlutas está se empenhando na construção deste encontro. Encaminharemos uma proposta de mobilização da categoria para o dia 16/06/2016 em Brasília ou nos estados, a depender do que será discutido neste encontro;
- Resgatar resoluções tiradas no último congresso da CSP-Conlutas objetivando mobilizar aposentados(as) e pensionistas dos setores público e privado no enfrentamento da contra reforma da previdência;
- Buscar incorporar aposentados(as) e pensionistas das entidades filiadas à CSP-Conlutas e demais centrais sindicais para integrar as atividades do 16 de Junho em Brasília ou nos estados.
- Reafirmada a resolução aprovada em reunião anterior de que o setorial de aposentados seja realizado ao final dos trabalhos do primeiro dia da Coordenação Nacional, para possibilitar a participação destas(es) companheiras(os) nos setoriais das suas respectivas categorias ou movimentos.

Internacional

Primeiro é importante um balanço da intervenção da Conlutas, em conjunto com o Solidaires e outras entidades da Rede Internacional no Encontro do Labor Notes. No mesmo período ocorreu a atividade da Samarco, promovida pela CSP-Conlutas MG, e que contou com a presença de companheiros do Chile.

Também é importante localizar o 1º de Maio como uma atividade em consonância com outros países.

Agora o desafio são os Encontros no Brasil (transportes e aposentados) que contarão com a presença de representações internacionais.

Balanço de Atividades Internacionais em Abril – Labor Notes e Samarco

A Secretaria Internacional realizou duas atividades internacionais, muito importantes, no mês de Abril. Uma foi a viagem para o Encontro do Labor Notes, em Chicago – EUA, a outra foi a atividade da Samarco, em BH.

Apresentamos aqui, um breve relato e um balanço, que consideramos positivo.

Encontro do Labor Notes, de 01 a 03 de Abril

A atividade do Labor Notes reuniu participantes de vários países, particularmente da América Latina. A Rede Internacional de Solidariedade esteve presente com uma delegação de cerca de 15 pessoas: 6 da CSP-Conlutas; 5 do Solidaires; 3 do México e 1 dos EUA.

Foi à melhor participação que já fizemos nesse evento. Tínhamos uma banca com vários tipos de materiais (panfletos, cartilha, broches) que apresentavam nossas posições políticas e a forma de organização.

Estivemos em 4 mesas no Encontro. Transporte; Criminalização dos Movimentos; Montadoras e Educação.

Fizemos vários contatos para a construção da Rede e, ao final, chamamos uma plenária da Rede onde se fizeram presentes cerca de 50 pessoas.

Além desse Encontro, fomos brindados com uma onda de mobilizações muito forte. Houve uma greve de professores, da rede estadual e da universidade estadual, com trabalhadores do McDonalds, do setor de transporte e do setor de saúde (enfermeiras).

Intervimos enquanto Rede nessas mobilizações, com falas da Conlutas e do Solidaires em todas as mobilizações.

Nossa percepção é de que o custo de vida nos EUA está muito caro. O salário mínimo é de U\$ 7,25 por hora e os patrões não estão contratando por 8 horas para economizar no pagamento da hora do almoço, eles contratam por jornada de 4 horas.

O metrô custa 3 U\$, um lanche mais barato custa 6 U\$. Então, só de transporte e almoço, o trabalhador já gasta metade do que ganha! Isso, comendo muito mal e se andar apenas de metrô.

O fechamento de escolas públicas e da universidade estadual coloca o mesmo debate que fazemos aqui no Brasil, sobre qual o futuro da educação pública e gratuita. A mobilização dos professores e estudantes é como o que vemos aqui, com muita força.

Nesse contexto, fomos convidados para uma série de atividades internacionais que ocorrerão no próximo período, em vários países (EUA, Canadá e México), precisamos organizar nossas entidades para estarmos presentes em todas elas e expandir mais a construção da Rede no continente Americano.

Atividade da CSP-Conlutas MG sobre a Samarco

No mesmo período de Abril, ocorreu o julgamento público da Samarco. Devido nosso atraso nos contatos internacionais, vieram apenas os chilenos, mas estávamos contando que poderiam vir ainda mineiros da Bolívia, Peru e Argentina.

A atividade teve um caráter internacionalista, não só pela presença dos chilenos, mas por outras duas razões: O fato de a Samarco ser uma multinacional e a tragédia de Mariana ser comum nesse tipo de atividade em outros países.

Os chilenos percorreram o interior de Minas Gerais para conhecer nosso trabalho sindical na mineração e estreitaram os laços com nossa central. Nesse sentido cremos que o trabalho foi bastante produtivo e gerou uma possibilidade de fortalecimento da Rede naquele país.

Campanha em defesa do emprego: redução da jornada sem redução salarial unitária com o IDC e acadêmicos

Como já foi informado o IDC, entidade internacional dos portuários concordou em realizar com a CSP-Conlutas e a Rede esta campanha. Ela ocorrerá durante um ano e no final dela se realizará um conferência entre os três setores que a constituíram. O prazo previsto para seu início é julho de 2016. O objetivo da conferência será de fazer o balanço da campanha e discutir próximos passos.

O “instrumento” para impulsioná-la será um site em quatro línguas: português, inglês, francês e espanhol. Ele será de responsabilidade da CSP-Conlutas pela Rede, do IDC e toda companhia Raquel Varela, representado o grupo de acadêmicos voltados a este estudo.

Os custos envolvem os seguintes valores: CR\$ 2700,00 – custo do site e mais 300 euros mensais para um profissional que fará a tradução dos materiais para as três línguas e alimentará cotidianamente, junto com a Sâmia, nossa jornalista, este site. A Universidade de Lisboa já contribui com 1000 (mil) euros. O restante seria cotizado entre nós e o IDC.

Um 1º de Maio Internacionalista

O Ato do 1º de Maio da CSP-Conlutas, em São Paulo teve o mérito de pautar no país uma diferenciação na política mais geral, disputando com o bloco governista da CUT e o bloco de oposição de direita da Força Sindical (isso naquela ocasião, pois hoje as posições se inverteram).

Mas, para além dessa disputa de posição, estivemos em sintonia com parceiros da Rede em outros países, além da atividade dos metalúrgicos de montadoras em nível internacional.

O Ato da CSP-Conlutas foi um destaque internacional e recebeu elogios e apoio de entidades de vários países (França, Argentina, México, Itália).

Sobre as próximas atividades

Estarão sendo realizadas três atividades importantes no Brasil, nos meses de Junho e Julho. Nessas três atividades podem estar presentes delegações internacionais e será fundamental a discussão sobre a construção da Rede nas Américas.

- **Encontro Internacional de Transportes**

O Encontro Internacional de Transportes está sendo promovido pelo Sindicato dos Metroviários de SP e pela Fenametro, com apoio da CSP-Conlutas, e deverá ocorrer em julho, nos dias 01 à 03. Há presença confirmada de vários países (Brasil, França, EUA, Argentina, Chile, Espanha, ...).

O Solidaires virá com uma delegação importante, pois no dia seguinte ao Encontro deverá ocorrer um Encontro Mundial do setor, o qual eles são convocantes. Além disso, está previsto uma reunião da Coordenação da Rede Internacional para uma discussão sobre o Encontro Internacional Mundial, em 2017.

- **Encontro de Aposentados**

A COBAP está organizando um Encontro Internacional em Araxá-MG, em Junho, nos dias 08 à 12/06. A CSP-Conlutas ficou responsável por organizar a vinda de uma delegação internacional ao Encontro.

Estão garantidas as presenças de companheiros de Argentina, México e França. Neste sentido, também estamos preparando para fortalecer a construção do Encontro da Rede nas Américas.

- **Reunião da Coordenação da Rede**

Está agendada uma reunião da Coordenação da Rede para o dia 21/06, por Skype, para tratar da preparação do Encontro de Transportes no Brasil.

Outra reunião deverá ser presencial, dia 06/07, após o Encontro dos Transportes. Esta deverá tratar do tema de preparação da reunião mundial em 2017.

- **Fórum Social Mundial**

O próximo FSM deverá ocorrer em Agosto, em Quebec – Canadá. Como não temos participado mais do FSM e como há um processo de efervescência internacional, com um amplo processo de reorganização, seria interessante enviarmos uma representação ao FSM para avaliar as possibilidades de construção e fortalecimento da Rede, bem como reforçar o convite para o Encontro Americano da Rede.

- **Atividade sobre a Questão Racial - Inglaterra**

Uma organização ligada aos trabalhadores dos transportes, de Londres, fará uma plenária sobre a Questão Racial. Entraram em contato com a companheira Tamiris, do Quilombo Raça e Classe, e acertaram diretamente com ela essa participação no evento. Eles irão bancar a passagem e estadia, portanto, sem custos para a central.

- **Encontro sobre a questão da Seguridade – México**

Em Agosto haverá um Encontro sobre a questão da Seguridade Social, promovido por uma organização ligada à Rede. Será importante enviarmos uma delegação do Brasil para participar no debate e reforçar o convite para o Encontro Americano da Rede, no final do ano.

- **Curso de Formação para dirigentes sindicais nos EUA**

A central recebeu um convite para um curso de formação na Flórida, EUA, que será realizado em novembro. Serão 13 dias, a um custo de U\$ 4.125,00, que inclui hospedagem e traslado na cidade.

O curso será ministrado pela Florida International University. O convite foi extensivo à todas as centrais sindicais do Brasil.

- **Informes Internacionais diversos**

O dirigente sindical dos jornalistas, Alcimir Carmo, do Sindicato dos Jornalistas do Noroeste Paulista - SindJorNP (entidade em formação e apoiada por CSP-Conlutas) deu informe sobre a previsão de realização, em Lisboa, entre os dias 15 e 18 de setembro da Assembleia Geral da Federação dos Jornalistas de Língua Portuguesa – FJLP na qual ocupa o cargo de presidente da Direção Executiva, nessa entidade que reúne representações de jornalistas (sindicatos e associações) de países e comunidades de língua portuguesa (países da CPLP, bem como Macau/China, Goa/Índia). O SindJorNP ocupa cargos na Direção da FJLP, através dos jornalistas Alcimir Carmo, Mônica Delicato e Flávio Melges. Destacou a importância de CSP-Conlutas de participar da próxima assembleia, quando, haverá eleição para a troca de direção e assunção de novos cargos, inclusive, por parte de SindJorNP/Conlutas;

Também, e agora como assessor de comunicação e relações internacionais na Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo, Alcimir Carmo, destacou que a entidade (inclusive com participação de diretores dessa federação que também são diretores de sindicatos de empregados rurais assalariados filiados a CSP-Conlutas) participa de duas importantes redes de informações e interações sindicais, a saber: Rede Internacional de Sindicatos na Shell (que reúne representantes de trabalhadores Shell em todo o mundo, inclusive no Brasil e em São Paulo por

sindicatos de empregados rurais- filiados a Conlutas e também à Feraesp) e sobre a segunda reunião mundial, em evento que acontecerá em Haya, Holada, nos dias 19 e 20 de setembro.

Ainda nessa perspectiva, de sindicatos filiados a CSP/Conlutas, destacou a criação da Rede Suco de Laranja, que congrega sindicatos no Brasil e no exterior com trabalhadores da cadeia produtiva desse setor (do plantio até a distribuição do suco aos consumidores em todo o mundo) e que, através do Abel Barreto, procedeu a várias atividades (debates, palestras, manifestações) em cidades da Alemanha e França, com repercussão bastante positiva na organização dos trabalhadores. Um seminário internacional deverá ser realizado, em outubro, em Araraquara, com a participação de representantes de trabalhadores da cadeia produtiva, parceiros e também de distribuidores.

A companheira Soraia informou de um Encontro Internacional sobre a Campanha BDS, que ocorrerá na Tunísia, em Agosto. Ela foi convidada pela entidade organizadora para representar a Campanha do BDS no Brasil.

Houve um informe sobre a Campanha Internacional em defesa dos presos políticos e um convite para a central conhecer uma Rede Internacional em defesa dos Presos Políticos.

Sobre o ENE foi informada a participação de dois estrangeiros na atividade: um estudante chileno e um dirigente sindical dos professores mexicanos, membro da CNTE México.

Proposta de Resolução

- 1) Assinar a convocação do Encontro Internacional dos Transportes;
- 2) Construir a Campanha Internacional, com o IDC, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Apoiar a construção do site, como parte da Campanha;
- 3) Aprovar a participação da companheira Soraia na reunião do FSM e indicar para as entidades filiadas que discutam a participação, enviando para a central os nomes de quem irá;
- 4) Aprovar a participação da companheira Tamiris na atividade sobre questão racial, em Londres;
- 5) Informar a todas as entidades sobre o Curso de Formação para dirigentes sindicais, nos EUA, para que as entidades discutam e verifiquem se há interesse em participar, indicando os nomes de seus dirigentes;
- 6) Aprovar para realização de esforços na central e entidades filiadas, para trazer o companheiro mexicano, dirigente da CNTE, para o Encontro do ENE;
- 7) Participar de Campanhas Internacionais de libertação de presos políticos, as quais a Central for convidada.

Campo

Entidades representadas: Feraesp, CSP-Conlutas CE, SEN, STAFPA, STER Mineiros do Tietê.

1) Seminário estadual SP

Confirmada a realização de um seminário estadual organizado pela CSP-Conlutas, em São Paulo, nos dias 25 e 26 de junho, na cidade de São Carlos.

O Seminário tem como público alvo representações dos sindicatos de assalariados rurais e agricultores familiares, cooperativas de trabalhadores rurais, famílias acampadas e assentados da reforma agrária, que reivindicam ou já organizam a CSP-Conlutas em suas bases.

O objetivo é reunir de 40 a 50 dirigentes desses setores e entidades, indicando-se a participação de até 3 (três) representantes de cada entidade ou área representada.

O Seminário terá três eixos temáticos: luta pela terra, reforma agrária e organização dos assalariados da agroindústria, incluindo um debate de conjuntura e das campanhas salariais dos trabalhadores da agroindústria da laranja e da cana. O companheiro Waldemir fica responsável pela parte de infraestrutura e verificação do local de realização do Seminário. A equipe responsável pela preparação da pauta, materiais e convites ao seminário fica composta por Polaco (SEN da Central), Rose (STAFPA), Cido (Feraesp) e Waldemir (assessor jurídico CSP-Conlutas SP).

2) Eleição do STR de Brasileira – AC

A eleição do Sindicato ocorre no dia 20 de julho. Foi inscrita uma chapa composta por ativistas da nossa Central. Será encaminhado o pedido de apoio financeiro às entidades e constituído um grupo de apoio, que possa se deslocar à Brasileira pelo menos 10 dias antes da eleição. Já foi produzido um vídeo, editado o primeiro material de campanha e aberta a conta corrente para contribuições.

3) Campanhas salariais dos trabalhadores da agroindústria de São Paulo

Os trabalhadores da agroindústria dos setores da cana e da laranja de São Paulo têm data base entre maio e julho.

A Central vai apoiar as entidades sindicais do setor que organizam uma campanha unificada, com dois eixos principais: as reivindicações econômicas e a questão dos acidentes e mortes no trabalho.

Vamos ainda procurar ajudar na elaboração de estudos setoriais e dos grupos econômicos, na divulgação da campanha e veiculação de denúncias na página da Central na internet e outros veículos de comunicação, no apoio a um ato público em frente ao sindicato patronal.

Em outubro é data base dos trabalhadores da madeira e Lavoura Diversificada e o Setorial deverá discutir oportunamente formas de apoio a esses companheiros também.

4) Organização dos agricultores familiares do Ceará

Está sendo discutida realização de um seminário envolvendo os cinco sindicatos e a federação do setor filiada à Central. O setorial se coloca à disposição da CSP-Conlutas CE para apoiar o evento, bem como vai disponibilizar a companheira Nise (funcionária da Central) para apoiar a atividade.

5) Informes e encaminhamentos diversos:

Foram atualizados os informes sobre os seguintes temas ainda:

- Reunião entre e a Feraesp e Contar (Confederação Nacional dos Assalariados Rurais)
- Legalização e registro de sindicatos
- Negociação com o Incra SP

GT de Comunicação

Com a perspectiva de avançar na política de comunicação da CSP-Conlutas, o GT submete a esta Coordenação Nacional:

- **Integração:** GT como integrador/elaborador de políticas por jornalistas, dirigentes, Central Nacional e entidades.
- **Novos canais de comunicação:** Impulsioneamento dos canais de comunicação com dirigentes, profissionais de comunicação e vanguarda: whatsapp e aplicativo do site no celular.
- **Campanhas:** Comunicação da Central já deu início a divulgação da campanha contra as reformas da Previdência e Trabalhista => Matérias (site e redes sociais) e atualizações, gifs, pequenos vídeos. Aceitamos sugestões.
- **Política nacional:** Ampla divulgação da política que for aprovada nesta Coordenação Nacional da CSP-Conlutas.
- **II ENE:** Jornalistas de entidades ligadas à Central participam da Equipe de Comunicação do ENE. Indicar às entidades que enviem também profissionais de comunicação para compor a equipe do ENE, informação anteriormente à Comissão de Organização. Haverá inscrição específica para a imprensa.
- **II Seminário** – O GT propõe, conforme indicação do I Seminário Nacional de Comunicação, a realização do II Seminário Nacional de Comunicação em dezembro deste ano. Sugestão de data: de 2 a 4 de dezembro.
- **Plano de Comunicação** => O I Seminário Nacional de Comunicação, aprovado no II Congresso nacional da CSP-Conlutas, indicou a elaboração de um Plano Nacional de Comunicação. Este plano deverá ser elaborada inicialmente pelo GT de Comunicação, aprofundado por grupos de trabalho durante o II Seminário, o qual apresentará a proposta final para ser aprovada pela SEN e submetida à votação no III Congresso Nacional da CSP-Conlutas.

8. Moções

As moções aprovadas são as seguintes:

Moção de repúdio ao caso de estupro coletivo ocorrido no RJ! Basta de cultura do estupro e da negligência dos governos

Uma jovem de 16 anos foi vítima de estupro praticado por 33 homens, em uma comunidade do Rio de Janeiro. Os estupradores ainda filmaram o ato e publicaram em rede social.

Além da indignação e revolta de milhares de mulheres e homens com a situação, houve quem ficasse indiferente, que achasse natural o acontecido ou que buscasse justificativa para tamanha violência a partir do comportamento da vítima. Frases como “Ela usou droga por que quis” ou “Deu bobeira, foi amassada”, ou aquelas argumentações já conhecidas de que “ela não deveria estar naquele lugar, com aquela roupa”, etc. são evidências de quanto o machismo e a violência, sobretudo a sexual, são naturalizados em nossa sociedade. É essa ideologia que faz com que as mulheres sejam vistas como objeto sexual, e que desde o período da escravidão o estupro seja visto como prática aceitável e não como crime. Também a partir dessa compreensão vemos as instituições jurídicas respaldarem o machismo, questionando a versão da jovem ou minimizando as provas produzidas pelos próprios estupradores. Toda essa naturalização e a busca de justificativas fazem com que milhares de mulheres sejam violentadas, todos os dias, no país e no mundo. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. Somente em São Paulo, a maior cidade do país, a cada 1 hora uma mulher é vítima de estupro. Já vimos casos de mulheres que ao irem à delegacia denunciar um caso de abuso, foram vítimas novamente, por parte daqueles que deveriam protegê-las.

Esse caso, infelizmente, não é uma situação isolada. Os governos fecham os olhos diante dessa realidade. A falta de investimento público nas políticas para as mulheres favorecem esse tipo de ocorrência. No governo da primeira mulher presidente no país tivemos míseros 0,26 centavos investidos por cada vítima da violência machista. Além disso, pautas importantes como a legalização do aborto ou o debate de gênero nas escolas foram rifadas em acordos políticos com os setores conservadores.

Não temos dúvida que o descaso com a pauta das mulheres, em especial das mulheres negras segue e se intensifica no atual governo Temer/PMDB e que a oposição do PSDB tão pouco tem compromisso com nossos interesses. Todos esses

representantes da burguesia estão juntos na hora de atacar nossos direitos. Por isso, reafirmamos que essa deve ser uma luta assumida e travada pelo conjunto da classe trabalhadora e por suas entidades.

Muitas de nós já tomaram nas fábricas, nas escolas, nos transportes coletivos, nas ruas escuras. Não deixaremos que sejam esquecidas! É preciso transformar toda nossa indignação em força para lutar, é necessário seguirmos firmes na tarefa de destruir essa sociedade capitalista que reproduz e incentiva o machismo e toda forma de opressão para garantir seus lucros.

- ✓ Nenhuma mulher merece ser estuprada!
- ✓ Basta de violência machista!
- ✓ Punição aos estupradores!
- ✓ 1% do PIB para as políticas de combate a violência contra a mulher!
- ✓ Arquivamento do PL 5069/13!
- ✓ Basta desses governos que oprimem e exploram as mulheres trabalhadoras!

Moção do comitê por Síria – São Paulo

Do Comitê por Síria – SP, propomos como moção à Plenária Nacional da CSP-Conlutas tomar a luta ativa e desde as bases que influencia para parar o massacre na Síria que levam adiante Al Assad e Putin com o apoio político, financeiro e logístico da OTAN e o imperialismo. Nos últimos dias foram lançadas mais de 1000 bombas sobre os bairros populares de Aleppo e também bombardearam um acampamento de refugiados na fronteira com a Turquia. Pois enquanto se aprofunde o genocídio na síria, conforme o plano do imperialismo, muito mal irá toda a classe operária mundial.

Moção do comitê por Síria – São Paulo

Do Comitê por Síria – SP, propomos à Plenária Nacional da CSP-Conlutas e a todas as organizações presentes, que chamem as bases que influenciam a votar delegados de base em assembleias de fábrica, com democracia operária, para **colocar de pé um congresso operário e da juventude explorada para discutir as demandas do conjunto dos trabalhadores e um plano de luta a altura coroado com a Greve Geral**. Com isso acreditamos que poderíamos chamar a base da CUT e demais centrais e organizações que submetem os trabalhadores e explorados ao PT com a farsa de golpe a romper com suas direções e assim avançar numa proposta concreta de unidade das filas operárias, para lutar não só contra o governo Temer-PMDB, mas contra o PT, PSDB, o Congresso, a justiça e a constituição semidemocrática, semibonapartista de 1988 que salvou os militares massacradores do povo e o imperialismo. A situação atual da crise do capitalismo e o plano de ataque proposto desde os grandes centros financeiros para o Brasil impõe a necessidade de lutar por tudo para conquistar o mais mínimo, a luta pelo emprego, salário, saúde e educação dignos impõe a necessidade de lutar contra todo o regime. Essa luta não pode ser mais nem menos que uma parte da luta para pôr de pé um governo dos trabalhadores e suas organizações, pois ante tal crise política do regime é preciso dizer claramente às massas QUE poder pode garantir seus interesses. Quer dizer, contra a proposta da burguesia de governo Temer, governo Dilma, ou eleições gerais como levanta setores da burguesia e o próprio PSTU, é preciso levantar governo operário e camponês, da CUT, MST, MTST, e da própria CSP-Conlutas e todas as organizações operárias.

Moção da rede pela liberdade de todos os presos políticos do mundo

Desde a Rede Pela Liberdade de Todos os Presos Políticos do Mundo, propomos à Plenária Nacional da CSP-Conlutas tomar a luta pela liberdade dos presos políticos do mundo, visto que a repressão e perseguição política que se aprofunda hoje no Brasil é parte da política internacional da burguesia, em meio à crise mundial e a bancarrota do capitalismo, de dominação e de fazer com que sejam os trabalhadores e os explorados que paguem pela crise.

- Liberdade a Georges Abdallah, lutador da causa palestina preso na França há mais de 30 anos.
 - Liberdade a Alfon preso na Espanha por ter apoiado a greve de 30 de novembro.
 - Liberdade aos presos palestinos, que são mais de 7000 encarcerados nas masmorras do sionismo.
 - Liberdade dos 5000 presos políticos na Colômbia.
 - Liberdade imediata aos jovens rebeldes presos na Grécia pelo governo Syriza por terem defendido os imigrantes e terem lutado contra os fascistas do Amanhecer Dourado.
 - Liberdade aos presos políticos da cidade de Hama, Síria, cercada pelo exército de Al Assad.
 - Liberdade aos trabalhadores petroleiros de Las Heras, Argentina que lutaram pelo salário para alimentar seus filhos.
- NÃO PODEMOS LUTAR COM REFÉNS NOS CÁRCERES! LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DO MUNDO!**

Moção de apoio e solidariedade à família e amigos de Isadora

Isadora, uma aluna sorridente e corajosa, do curso de Educação Física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coragem, que a fez denunciar o estupro que sofreu, uma coragem imensa para enfrentar a dor desta violência e seguir lutando contra o machismo.

Só que a impunidade ao agressor (resultado da omissão dos gestores da universidade) e o descaso à sua dor, pois não teve nenhum acolhimento apesar de ser uma cobrança de milhares de mulheres que lutam na UFRRJ, cobrando da

administração o implemento de uma política de acolhimento à(s) vítima(s), com profissionais da área de psicologia e nada foi feito.

O resultado desta omissão foi o suicídio de Isadora. A jovem corajosa sucumbiu ao machismo e à omissão de quem tem a responsabilidade de combatê-los na UFRRJ.

Aos familiares e amigos nosso apoio e solidariedade pela dor da perda e o compromisso que a luta de Isadora contra o machismo, contra a violência à mulher, continuará todos os dias dentro e fora da UFRRJ.

Endereços de envio: gabinete@ufrrj.br – Cópia: ssintur@yahoo.com.br

Moção de apoio ao SINDSALEM

Os trabalhadores do setor público e privado, representado por várias entidades do país, presentes à reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, EM 27, 28 E 29 de maio de 2016 na Cidade de São Paulo, vem a público manifestar seu repúdio à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão pelo descumprimento ao direito de organização sindical dos servidores do Poder Legislativo, liderada pelo SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO-SINDSALEM, quando da tentativa de retirar a sede do sindicato do prédio da Assembleia Legislativa daquele Estado e também da suprimir Funções Gratificadas de uma parte aguerrida de lutadoras e lutadoras que entenderam que não é possível mais se calar diante da forma de administrar os recursos públicos no que diz a política de Recursos Humanos, que tem se caracterizado por uma enxurrada de Servidores fantasmas e, devido a isso, a negação da reforma do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos- PCCV dos servidores efetivos e estáveis que representam apenas 25% da folha de pagamento da “Casa do Povo” em detrimento dos gastos com uma imensa maioria de servidores comissionados (75%) e uma boa parte de servidores fantasmas.

Além de repudiarmos tal ato queremos afirmar que estaremos atentos e se os ataques continuarem, a CSP-CONLUTAS, além de fazer uma defesa política do SINDSALEM e de seus associados irá fazer denúncia formal nos órgãos nacionais e internacionais que combatem tais práticas antisindicalistas.

Moção de repúdio e denúncia contra a CSN (Volta Redonda)

A CSP-Conlutas (oposição metalúrgica chão de fábrica do sul fluminense) vem por meio desta moção de repúdio denunciar a CSN por mais um grave acidente dentro da empresa que levou a morte de 4 operários metalúrgicos: Wanderlei Santos (38 anos), Denis da Silva (38 anos), Renan Martins (29 anos), Aluenio Francisco Alvez Gouveia (31 anos). Acidente resultante do excesso de trabalho, provocado pela demissão de 2 mil operários no último período.

A CSP-Conlutas se solidariza com as famílias das vítimas e se coloca à disposição para promover uma campanha de denúncia contra as péssimas condições de trabalho e pelo assédio moral das chefias, que coloca em risco a vida dos trabalhadores da CSN.

Moção de repúdio e pedido de uma campanha nacional contra as perseguições políticas aos ativistas de Volta Redonda/RJ

A CSP-Conlutas vem, por meio desta moção de repúdio, denunciar perseguição política, graves agressões físicas e psicológicas, ameaça de morte e por fim o processo administrativo - que pode levar uma das companheiras envolvidas - à exoneração da prefeitura de volta redonda, em até oito dias.

A companheira Renata de Oliveira Amâncio, diretora do SEPE Volta Redonda, vem desde o ano 2013 - quando despontou enquanto ativista de base como uma das lideranças da poderosa greve de 38 dias do conjunto do funcionalismo público da cidade – na qual a educação foi uma das principais protagonistas dessa luta.

A partir daí, a companheira passou a ser vítima de perseguições, calúnias e difamação que a levaram a um quadro de depressão profunda acarretando seu afastamento do trabalho, por questão de saúde.

A companheira professora tem uma matrícula celetista e outra estatutária.

Uma série de arbitrariedades a deixaram sem os dois salários por mais ou menos 1 ano e, posteriormente, depois de muita luta política e jurídica, seu salário da matrícula celetista foi restabelecido (o INSS a considera inapta ao trabalho) e o salário da matrícula estatutária, contraditoriamente, não foi restabelecido devido ao fato de a perícia médica municipal não considerá-la inapta para o trabalho.

Em várias ocasiões a perícia médica do município recusou-se a atendê-la. Em uma das tentativas foi humilhada e agredida pelo perito da “GL” (que é uma perícia privatizada) sob o argumento de que o diagnóstico já estava definido e que não interessava o laudo de sua médica e nem o laudo do INSS. A companheira insistiu em seu direito de ser ao menos recebida, pois um novo laudo de sua médica concedido neste mesmo dia diagnosticava que a companheira não tinha a menor condição física, psicológica e emocional de retornar, de imediato ao trabalho. Sendo completamente desqualificada perante diversas pessoas. Chamou então as diretoras, na ocasião Isabel Fraga de Paula e Julieta Guarino Dutra e o advogado do SEPE-VR, Dr Edson Marins que ao chegarem para apoiar e defender a servidora que se encontrava totalmente fragilizada, também foram agredidos verbalmente e fisicamente pelo perito, além de ameaçados de morte pelo dono da empresa.

A companheira, que é negra, e que durante um ano sobreviveu de doações e campanhas financeiras organizadas por valorosas/os militantes de luta, hoje sobrevive com o salário de apenas uma matrícula.

Por ter sido vítima de machismo por parte de seu ex-companheiro, que lhe tirou completamente o contato de uma de suas duas filhas e mais toda essa perseguição, a companheira luta diariamente contra uma depressão profunda que agrava ainda mais seu quadro de saúde.

Na militância dá continuidade à luta pela própria vida e neste momento se dedica a mobilizar a rede municipal contra todos os ataques impostos pelo governo de frente popular (PMDB/PT/PC DO B) em volta redonda.

Depois de várias assembleias e paralisações a categoria deflagrou uma greve de advertência a partir do dia 30/05 até 03/06/16. Na semana passada num ato em frente à prefeitura a categoria exigiu que o prefeito recebesse uma comissão formada pela direção do sindicato e a base para, pelo menos, marcar uma audiência com o objetivo de discutir a pauta da categoria. Diante da recusa do governo a base decidiu ocupar o saguão da prefeitura e quando a comissão subiu as escadarias, já dentro do prédio público, as diretoras do SEPE-VR, primeiro a profa. Renata recebeu do secretário de comunicação Sr Bailarine um chute que a derrubou pelo menos cinco degraus abaixo e depois a diretora Maria da Conceição foi pega pelo pescoço e prensada contra a parede, além de levar um soco na cabeça.

No saguão a professora Paula insistiu na necessidade de urinar, o que foi negado pela guarda municipal. É importante observar que os profissionais da educação e estudantes que estavam na ocupação ficaram presos no saguão, pois o mesmo foi trancado impedindo a saída e entrada (cárcere privado). A professora disse que não conseguiria mais segurar e que a única alternativa para ela seria fazer sua necessidade fisiológica ali mesmo. Então quatro guardas municipais, um com arma de choque, a pegaram pelos braços e a jogaram para o lado de fora da prefeitura. O diretor do sindicato do funcionalismo público Luiz Fernando foi defender a professora dizendo que os guardas não poderiam agredir ninguém, muito menos uma mulher, então levou um choque e uma coronhada.

Exigimos: abaixo a violência institucionalizada e a criminalização dos movimentos sociais!

Exoneração Já do Secretário de Comunicação da Prefeitura de Volta Redonda, Bailarine!

Cadeia aos agressores!

Não à demissão em andamento da profa. Renata!

Ajuizar ação jurídico-criminal contra o secretário Sr Bailarine!

Moção de Repúdio

Nos dia 10 de maio, dezenas de trabalhadores, sob a direção do SINTE-Extremoz, ocuparam a prefeitura durante todo o horário de expediente, reivindicando o pagamento dos salários atrasados e pela reintegração de um servidor do setor da saúde que havia sido exonerado também de forma arbitrária e ilegal.

No dia 11 de maio a prefeitura pagou os salários dos servidores, a categoria voltou às atividades normais nas escolas, mas no horário vespertino foi surpreendida com a publicação no Diário Oficial do Município da exoneração justamente de um grupo servidores que estavam na ocupação.

O prefeito de Extremoz/RN demitiu 16 servidores municipais sob a alegação de acumulação de cargos, porém o processo encontra-se com muitos vícios e os servidores não tiveram o direito garantido na legislação de optar em qual cargo de fato queria ficar. A desvinculação destes trabalhadores do quadro de servidor público configura-se uma perseguição política.

Vimos, por meio desta, manifestar nosso total repúdio ao ato arbitrário e ilegal praticado pelo prefeito do município de Extremoz/RN, Klaus Rêgo(PMDB), no dia 11 de maio de 2016, onde o prefeito promoveu a exoneração de 15 servidores do município (incluindo três diretores do SINTE/RN de Extremoz: Socorro Ribeiro, Junior Monteiro e Edna Aguiar).

Defendemos o direito a manifestação, a organização sindical dos trabalhadores e o direito a defesa dos exonerados. Sendo assim, nos solidarizamos com a luta dos trabalhadores de Extremoz e exigimos a reintegração dos trabalhadores 16 trabalhadores desvinculados do quadro de servidor público de Extremoz. A saber:

- Geraldo Bezerra de Souza Filho;
- Alenuska de Sá Alves Sétrio;
- Ana Lúcia Gomes Da Silva;
- Cleberson Cordeiro de Moura;
- Edna Maria de Aguiar;
- Ingrid de Souza Silva;
- Jailson Carlos da Silva Barbosa;
- José Monteiro do Nascimento Júnior;
- Luzineide Almeida dos Santos;
- Maria do Socorro Alves Ribeiro;
- Maria José de Oliveira Nunes;
- Rosineide Linhares Avelino;
- Rosana Vieira da Silva Costa;

- Sandra Helena Accioly Lucena;

Endereços para envio: gabinete.extremoz@rn.gov.br – extremozeducacao@gmail.com – Com cópia: reintegraos16@gmail.com

Moção de repúdio contra a demissão dos terceirizados da UNB e as perseguições da empresa Utopia

A reitoria da UNB deflagrou uma série de demissões dos terceirizados, em setembro de 2014 demitiu 212 terceirizados da limpeza, em 2015 no mês de junho demitiu 146 porteiros e em setembro também de 2015 demitiu 100 trabalhadoras da copa, recepção e contínuos, mulheres que perderam o emprego e a aposentadoria. A CSP CONLUTAS repudia essas demissões e exige da reitoria da UNB providências sobre os problemas com a empresa Utopia, que atualmente presta serviço na área de portaria. A Utopia atrasa benefícios e salários (deixou os porteiros sem salários no dia das mães), não deposita o FGTS dos trabalhadores, etc. repudiamos também o preposto da Utopia que pratica o assédio moral aos terceirizados de portaria. Todas essas irregularidades da Utopia foram denunciadas ao Ministério Público do Trabalho e para a reitoria da UNB pela CSP-Conlutas – DF. No entanto, a reitoria mantém o contrato com empresa Utopia, apesar de todas as irregularidades, perseguições e prejuízos que ela tem gerado aos trabalhadores.

Moção de Repúdio ao fechamento da Vale Manganês em Ouro Preto e apoio à luta dos (as) operários(as).

CONSIDERANDO QUE:

1. A Vale S/A que foi privatizada de forma fraudulenta na década de 90 e acumula desde então um lucro na ordem de US\$ 98 bilhões, dos quais 47% foi repassado a seus acionistas, apresenta agora um plano de ataques a nível nacional contra os(as) operários (as) e seus direitos.
2. Na Vale Manganês, em Ouro Preto, a empresa anunciou o fim das atividades a partir de 05/05/2016 o que representa o encerramento de 160 postos de trabalho diretos e outras 500 demissões indiretas na região, isso ocorrendo após o fechamento da Novélis S/A em 2015 que representou outras 1500 demissões “em cadeia”, significando um verdadeiro ataque à cidade de Ouro Preto e à região dos Inconfidentes.
3. A Vale Manganês promove esse ataque após realizar o investimento na ordem de R\$ 32 milhões na unidade entre 2013 e 2014, juntamente com a reforma na referida planta e mais investimentos na mina em Conselheiro Lafaiete-MG.
4. A empresa se aproveitando do cenário de crise econômica e alta no preço da energia, privilegiou a comercialização de energia elétrica no ano de 2014, acumulando um lucro de mais de R\$ 400 milhões, em detrimento de sua atividade produtiva direta.
5. Todas essas medidas caracterizam uma relação parasitária dessa empresa com seus trabalhadores e as cidades onde estão instaladas.

A COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS RESOLVE:

1. Repudiar a postura absurda, desumana e injustificável da empresa que mesmo adotando o discurso de responsabilidade social, privilegia o lucro de seus acionistas em detrimento dos direitos e empregos dos trabalhadores e interesse das comunidades atingidas por sua atividade econômica.
2. Exigir da empresa e do poder público local, estadual e federal uma política de manutenção dos postos de trabalho e mudança profunda na relação estabelecida com as comunidades e os(as) operários(as).
3. Apoiar as lutas e medidas tomadas pelo Sindicato Metalúrgicos de São Julião (Ouro Preto e Região), pelos trabalhadores da Vale Manganês e pela comunidade.